

TÂNIA ALVES DE LIMA

**LITERATURA AFRICANA E AFRO- BRASILEIRA:
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS
ESTUDANTES NEGROS**

Orientadora: Prof.^a Doutora Maria Eduarda Margarido Pires

Escola Superior de Educação Almeida Garrett

Lisboa

2017

TÂNIA ALVES DE LIMA

**LITERATURA AFRICANA E AFRO- BRASILEIRA:
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS
ESTUDANTES NEGROS**

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação, no Curso de Mestrado em Ciências da Educação, na especialidade de Administração Escolar, conferido pela Escola Superior de Educação Almeida Garrett.

Orientadora: Prof.^a Doutora Maria Eduarda Margarido Pires

Coorientadora: Prof.^a Doutora Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida

Escola Superior de Educação Almeida Garrett

Lisboa

2017

TÂNIA ALVES DE LIMA

**LITERATURA AFRICANA E AFRO- BRASILEIRA:
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS
ESTUDANTES NEGROS**

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação Almeida Garrett para obtenção
do título de Mestre em Educação.

Aprovado em _____.

Prof. Dr Roque Antunes – Presidente

Prof. Dr. Luis Sousa – Arguente

Prof.^a Dra. Maria Eduarda Margarido Pires – Orientadora

Prof.^a Dra. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida – Coorientadora

**Lisboa
2017**

“Ninguém nasce odiando outra pessoa por causa da cor de sua pele, ou de suas origens, ou de sua religião. As pessoas são ensinadas a odiar, e se são ensinadas assim, elas podem aprender a amar, porque o amor chega mais naturalmente ao coração do homem que o seu oposto.”

Nelson Mandela

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a Deus e o que Ele representa em minha vida. A minha mãe in memória, Nair Alves de Lima, ao meu pai in memória, José Gervásio de Lima, a minha filha Mirley Alves e meus netos Caio e Cauã, por todo amor e carinho, que me fez e faz seguir em frente na vida e a meu esposo Jadiel Gomes que me apoiou nessa jornada.

A orientadora Prof.^a Doutora Maria das Graças Andrade Ataíde por acreditar em mim e nos meus sonhos.

AGRADECIMENTO

A DEUS pela dádiva da vida.

A Professora Dr^a Maria Eduarda Margarido Pires, orientadora desta tese pelos ensinamentos nesta caminhada.

A Professora Dr^a Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida por acreditar e me apoiar nessa empreitada tão grandiosa para os meus conhecimentos acadêmicos e por todo empenho, sabedoria, carinho e compreensão durante todo o processo de construção deste trabalho.

A todos os professores que me concederam a oportunidade de crescer como profissional e pessoal. Aos amigos de turma, por compartilharem diversos momentos e experiências que ficarão registrados na memória e no coração. Aos meus amigos/as que me apoiaram e incentivaram nesta caminhada acadêmica.

À minha família, pelo apoio incondicional, pelo carinho irrestrito, pela paciência e compreensão infindáveis e por acreditarem nos meus ideais.

RESUMO

Esta investigação tem como questão de partida saber que uso os professores fazem acerca da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos estudantes negros da Rede Municipal de ensino da cidade do Recife. Assim sendo, as categorias eleitas nessa pesquisa centralizam-se nas políticas públicas, educação multicultural, identidade, literatura africana e afro-brasileira. A metodologia foi qualitativa privilegiando a abordagem teórico metodológica da Análise de Discurso (AD) na linha francesa (Orlandi,2005) . Esta investigação se justifica pela necessidade de viabilizar a inserção da temática no Ensino Fundamental, como demanda a Lei 10.639/03, que institui a inclusão da cultura e da história africanas e afro-brasileiras nesses níveis de ensino. Compreendemos que a investigação sobre temas que apontem a história e a cultura afro-brasileiras e africanas é de grande relevância para toda a sociedade brasileira, uma vez que essa é uma questão política e social que deve fazer parte do processo educativo, trabalhando a favor da formação democrática de cidadãos atuantes no centro de uma sociedade multicultural e pluriétnica. Os resultados apontam que os educadores no exercício de sua profissão sentem dificuldades perante certas situações de preconceito, alguns deles desconhecem a lei, embora que faça parte da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, outros apesar de conhecerem, demonstram dificuldades para trabalhar com a temática, pois afirmam haver necessidade de mais formação por parte da Secretaria de Educação.

Palavras-chave: Identidade; Educação multicultural; Literatura africana e afro-brasileira; Políticas públicas.

ABSTRACT

The starting point of this research is to understand the use that teachers can make about African and Afro-Brazilian literature in the construction of the identity of black students belonging to the municipal education net of Recife city. Thus, the categories chosen for this research are centered on public policies, multicultural education, identity, African and Afro-Brazilian literature. The methodology was qualitative, focusing on the theoretical methodological approach of French line Discourse Analysis (DA) (Orlandi, 2005). This research is justified by a need to make feasible the insertion of the Afro-Brazilian literature theme in elementary education as required by the Law 10.639/ 03, which institutes the inclusion of African and Afro-Brazilian culture and history content in elementary schools. I understand that an investigation on themes that consider Afro-Brazilian and African history and culture is of great relevance for the Brazilian society as a whole, since this is a political and social subject that should be part of the educational process, contributing for the democratic formation of active citizens in the scope of a multicultural and multiethnic nation. The results indicate that educators in the practice of their professions perceive difficulties in certain situations of prejudice. Some of them are not aware of the above-mentioned law, although it is part of the Law of Guidelines and Bases of National Education. Others, in spite of knowing the law, demonstrate difficulties to deal with such thematic, since they affirm that there is a need for more professional training on the part of the Secretariat of Education.

Keywords: Identity; Multicultural education; African and Afro-Brazilian literature; Public policies.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|--------------|--|
| AD | Análise do Discurso |
| CNE | Conselho Nacional de Educação |
| FD | Formação Discursiva |
| GI | um grupo intersetorial |
| GTERE | Grupo de Trabalho em Educação das Relações Étnico- raciais |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| MEC | Ministério de Educação e Cultura |
| PCRI | Programa de Combate ao Racismo Institucional |
| PNLD | Programa Nacional do Livro Didático |
| PNBE | Programa Nacional de Bibliotecas Escolares |
| PR | Prefeitura do Recife |
| RPA | Região Político Administrativa |

ÍNDICE GERAL

| | |
|--|-----------|
| Introdução | 11 |
| Capítulo I. Políticas Públicas..... | 17 |
| 1.1. Política pública..... | 18 |
| 1.2. Política de ensino da Rede Municipal do Recife | 22 |
| Capítulo II. Identidade e Educação Multicultural | 25 |
| 2.1. Conceituando Identidade..... | 26 |
| 2.2. Identidade e Educação Multicultural | 27 |
| 2.3. Identidade e Literatura Africana e Afro-Brasileira | 30 |
| Capítulo III. Percurso Metodológico | 32 |
| 3.1. Objetivos | 33 |
| 3.1.1. Objetivo geral | 33 |
| 3.1.2. Objetivos específicos | 33 |
| 3.2. Método | 33 |
| 3.3. <i>Locus</i> da pesquisa..... | 35 |
| 3.4. Sujeitos da pesquisa | 35 |
| 3.5. Técnicas e instrumento de coleta de dados | 36 |
| 3.5.1. Entrevista | 36 |
| 3.6. Instrumentos de análise dos dados | 37 |
| Capítulo IV. Análises e Interpretação dos Resultados..... | 38 |
| 4.1. Apresentação e discussão dos resultados obtidos através da análise qualitativa .. | 39 |
| 4.2. Identificação pessoal e profissional dos professores..... | 39 |
| Considerações Finais | 51 |
| Referências Bibliográficas | 55 |
| Legislação | 60 |
| Webgrafia..... | 61 |
| Anexos..... | I |
| Anexo I. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003..... | II |
| Apêndices..... | V |
| Apêndice I. Guião de entrevista | VI |

| | |
|--|--------|
| Apêndice II. Respostas da entrevista: professora A01 | VII |
| Apêndice III. Respostas da entrevista: professora A02..... | X |
| Apêndice IV. Respostas da entrevista: professora A03 | XI |
| Apêndice V. Respostas da entrevista: professora A04..... | XIII |
| Apêndice VI. Respostas da entrevista: professora A05 | XV |
| Apêndice VII. Respostas da entrevista: professora A06..... | XVII |
| Apêndice VIII. Respostas da entrevista: professora A07..... | XIX |
| Apêndice IX. Respostas da entrevista: professora B01 | XXI |
| Apêndice X. Respostas da entrevista: professora B02..... | XXIII |
| Apêndice XI. Respostas da entrevista: professora B03 | XXV |
| Apêndice XII. Respostas da entrevista: professora B04 | XXVII |
| Apêndice XIII. Respostas da entrevista: professora B05 | XXIX |
| Apêndice XIV. Respostas da entrevista: professora B06..... | XXXI |
| Apêndice XV. Respostas da entrevista: professora B07 | XXXIII |

ÍNDICE DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1. Descrição das categorias da entrevista aplicada aos professores. | 37 |
| Quadro 2. Identificação pessoal e profissional dos professores..... | 39 |
| Quadro 3. Apresentação de ED das professoras, agrupados na FD “Concepção dos professores acerca da lei 10.639” | 42 |
| Quadro 4. Apresentação de ED das professoras, agrupados na FD “O uso que os professores fazem da Lei 10.639” | 43 |
| Quadro 5. Apresentação de ED dos professores, agrupados na FD “As concepções dos professores e o papel da lei para o processo de inclusão e exclusão” | 45 |
| Quadro 6. Apresentação de ED dos professores, agrupados na FD “Contribuição da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos estudantes e o uso da Lei 10.639.”..... | 46 |

INTRODUÇÃO

As literaturas africanas e afro-brasileiras vêm despontando na prática educacional nacional, principalmente depois da promulgação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornam obrigatório o ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena, promovendo o trato das relações etnicorraciais na educação básica.

A necessidade de aproximar a Lei 10.639 do cotidiano dos professores nos levou a pensar de que, sem conhecimento e embasamento teórico, os professores teriam dificuldade de identificar textos literários que mostrassem uma literatura afro-brasileira, da mesma forma seria impossível a estes profissionais apresentar a seus alunos a literatura africana de língua portuguesa, uma vez que, a maioria deles, nunca teve contato com escritores africanos.

A escola sendo um dos principais órgãos de disseminação do conhecimento, também repassa aos alunos, preconceitos ligados à classe social, sexo e raças, dentre outros.

A escola tem na sua função pedagógica e social desconstruir estereótipos, concepções e ideologias, afim de apontar e demonstrar a diferença, mas também esclarecer o direito, a igualdade. É a transformação da sociedade pela educação, e a transformação da educação pela percepção e sensibilidade de um novo modo de pensar o currículo e a pedagogia: um modo sistêmico, complexo (Morin, 2003) e pós-moderno (Goergen, 2001).

Nesse sentido os estudos das literaturas africanas e afro-brasileiras permitem a imersão nos contextos históricos, culturais e sociais de que são requeridas aos processos de ensino e aprendizagem da educação básica brasileira, para que estudantes tanto negros como não negros (re)conheçam as contribuições dos africanos e seus descendentes, no Brasil, na identidade da nação.

A literatura por meio de sua linguagem ficcional pode ser utilizada de maneira positiva para uma releitura da realidade, uma crítica de situações preconceituosas, permitindo ao professor trabalhar com o imaginário da criança de modo a fazê-lo refletir sobre sua maneira de se ver e ver o outro. Trabalhar a temática da cultura africana e afro-brasileira a partir de livros literários pode levar a criança a perceber e reelaborar os conceitos e pré-conceitos impostos a eles pela sociedade. A Lei 10.639 de 2003 abre espaço para esta discussão nas escolas brasileiras.

A Lei seria a consolidação de um dos objetivos das políticas de ação afirmativa, e de uma luta árdua do Movimento Negro ao longo do século XX, para que os afrodescendentes sejam reconhecidos como cidadãos de direitos e deveres, nessa sociedade que ainda é marcada por processos discriminatórios.

Segundo Valente, a consolidação da lei também depende da ação dos docentes em se atualizarem sobre a temática, e mais, se despirem de seus preconceitos em relação a assuntos que falam sobre discriminação racial no Brasil.

“De nada adianta dispor de livro didático e currículo apropriados se o professor for preconceituoso, racista, e não souber lidar adequadamente com a questão. Uma proposta de formação /capacitação dos professores para trabalhar com a temática é capaz de enfrentar o desafio lançado para a implementação da lei 10.639/03” (Valente, 2005, p.63).

Com a colonização do Brasil, o povo negro foi trazido da África como mercadoria humana, escravizados, passaram a trabalhar de sol a sol nos canaviais das cidades- porto dos litorais. Africano de todos os povos: São Tomé, Príncipe, Cabo Verde, entre outros, com suas culturas, religiões e tradições que durante esse período e até hoje é desqualificado pelo branco. Após anos de luta e resistência, houve “a liberdade”, no entanto uma liberdade sem direito a dignidade, pois continuaram sendo perseguidos e massacrados.

Após a lei Áurea a luta para conquistar seus direitos ainda estava apenas começando. Antes e pós – abolição houve muita luta e movimentos de resistência¹.

Podemos dizer e lembrar que a luta dos negros pela igualdade racial vem desde a escravidão, com a busca de leis que pudessem levá-lo a tão sonhada liberdade e ao reconhecimento social. Mas mesmo pós-abolição os ex-cativos perceberam que a sua luta seria ainda maior, pois o racismo e a discriminação eram atos bem visíveis, e suas dificuldades de ingressar em setores da sociedade como a educação, por exemplo, eram impedidos por leis que não permitiam o acesso destes ao ensino público.

Segundo Santos, os ex-cativos descobriram que:

“...tornou-se necessário lutar pela ‘segunda abolição’ e os negros perceberam rapidamente que tinham, que criar técnicas sociais para melhorar a sua posição social e/ou obter mobilidade social vertical, visando superar a condição de excluídos ou miseráveis” (Santos, 2005, p. 21).

Até hoje, mesmo a maioria da população brasileira sendo negra alguns nem se reconhecem como tal, negam suas origens, por conta de toda uma trajetória de rejeição, submissão, preconceito, discriminação e opressão, ao longo da História social e política

¹ Sobre a temática vide Munanga, 2005

do nosso país. Na verdade, barreiras precisam ser vencidas, diante da sociedade, que trata o negro dependendo do “tom” de sua pele, pois quanto mais escuros mais estão sujeitos a preconceitos, discriminação, exclusão.

A população negra continua sendo excluída, no trabalho, na educação, na religião, na política e nas artes. No entanto, com a iniciativa do governo federal brasileiro e a aplicabilidade lei 10.639, tornando obrigatório o estudo sobre a história da África e afro-brasileira nas instituições educacionais em todos os níveis escolares, permitindo a inclusão para que o educador trabalhe a valorização e o papel histórico social para uma superação da imagem negativa que se criou e se cria até hoje.

“É importante comentarmos que, quando nada de positivo é encontrado na história do grupo e em suas gerações passadas, não é porque esses fatos não existam. É claro que toda cultura, todo grupo étnico tem pessoas que se destacam por seus feitos surpreendentes, tem sua história, na qual seus hábitos ganham vida e significado. Acontece, porém, que, quando um grupo minoritário está inserido em um sistema de dominação e exploração, a história do grupo é deturpada, os homens e mulheres que fizeram movimentos importantes para o grupo são omitidos e, quando isso não é possível, são cruelmente transformados em “maus elementos”, “em vilões”; sua cultura é desvalorizada e folclorizada, o que dificulta muito a superação da imagem negativa que se cria para esses grupos nesses abomináveis processos de dominação e exploração de um grupo sobre o outro” (Loureiro, 2004, 54).

Segundo Gomes (2001), os objetivos das ações afirmativas são o de concretizar a igualdade de oportunidade; induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, visando tirar do imaginário coletivo a ideia de supremacia racial versus subordinação racial e/ou de gênero; coibir a discriminação presente; eliminar os efeitos persistentes (psicológicos, culturais e comportamentais) da discriminação do passado; implantar a diversidade e a representatividade dos grupos minoritários nos diversos setores.

As "Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais" (Brasil, 2006) afirmam ainda a urgência e a necessidade de as literaturas de fonte africana e afro-brasileira serem um campo a explorar utilizar na escola:

“Os contos e as histórias povoam o universo infantil. Principalmente com relação aos contos, sempre se enfatizam aqueles da tradição europeia (...). Não trazemos para a cultura escolar e para a cultura infantil os contos africanos, indígenas, latino-americanos, orientais. Para uma educação que respeite a diversidade, é fundamental contemplar a riqueza cultural de outros povos, e nesse sentido vale a pena pesquisar e trabalhar com outras possibilidades” (Brasil, 2006, p171).

Os professores encontram nesse território tão diverso e criativo, que é o infantil, possibilidades infinitas de aplicação dessas literaturas, articuladas tanto à história como à cultura, e que permitem interdisciplinaridades – e isso, é indispensável

que ocorra – com as artes (musicalidade, cênicidade, plásticas e visualidades), brincadeiras, enfim, tendo sempre como foco a questão da diversidade.

A literatura nos permite penetrar nas relações históricas e sociais de um povo, de uma época. Pode-se até dizer que ela eterniza fatos. Esse diálogo literatura-história enuncia o passado, justifica o presente e lança opções ao futuro. Logo, ela instiga a reflexão, o questionamento (Cezerilo, 2008).

“Por isso é que a Literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, que integra os currículos, sendo proposta a cada um como aparato intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A Literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a Literatura sancionada quanto a Literatura proscrita; a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominante” (Candido, 1965, p. 36).

Dar visibilidade às leituras literárias destinadas ao público infantil e juvenil, que enfatizem o tema étnico-racial, ou ainda, títulos que incluam a real participação de personagens negras, costumes afro-brasileiros e informações culturais produtoras de identificação entre o leitor e a narrativa, contribuindo, assim, com as mudanças atuais na história da educação brasileira contribui para levar o indivíduo a reconhecer a plenitude da arte, da religião e das lendas africanas e afro-brasileiras é identificar e se identificar não apenas com a cor da pele, mas com narrativas que se comprometem com a história da África e do Brasil.

Estudar as literaturas africanas e afro-brasileiras na escola, segundo Santana (2006), envolve pensar possibilidades de tratamento das relações etnicorraciais, prevendo, exatamente, que desde essa primeira etapa da educação básica se promova não só a apresentação, mas a valorização da história e cultura da África e do afrodescendente, de modo que, desde bem cedo, consigamos reverter o atual quadro de preconceito, discriminação e exclusão, tanto dos educandos, como dos educadores negros(as), conforme Gomes (1995, 2005), Silva (1997), Silva (2009), Cavalleiro (2000).

Vinculado a esse contexto, está o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) CP 3/04, que incentiva a publicação de livros e de materiais didáticos, levando em conta as diferentes modalidades de ensino, para que esses abordem a pluralidade cultural e a diversidade étnico-racial da nação brasileira, corrijam distorções e equívocos em obras já publicadas sobre a história, a cultura, a identidade dos afrodescendentes, sob o incentivo e [a]supervisão dos programas de difusão de livros

educacionais do MEC – Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE). (CNE/CP apud Sousa, 2005, p. 202).

Assim, desconsiderar a dimensão pedagógica das relações etnicorraciais é negar a sociedade em que vivemos, ou de uma forma mais contundente, é permitir que a visão da sociedade brasileira, defensora "silenciosa" do não racismo e do não preconceito, continue a manter o mito da democracia racial e, dessa forma, "vender" uma imagem de que negros e não negros são iguais, quando, na verdade, pesquisas de cunho governamental demonstram o contrário (Munanga, 2005).

São necessários os investimentos em processos de ensino e aprendizagem nas relações etnicorraciais, da educação infantil ao ensino superior (Brasil, 2006). Desse modo, assegurar da diferença para igualdade de direitos e, mais fundamentalmente, para a construção da identidade nacional brasileira, que não é única, nem homogênea, mas diversa, complexa e altamente conflituosa, principalmente no que diz respeito à dimensão econômica e social.

Embora a coibição de manifestações de racismo seja imprescindível no plano legal, conquistas e avanços alcançados nessa direção não bastam para transformar as concepções arraigadas no imaginário da população brasileira. Em razão disso, muitos estudiosos das relações interétnicas e militantes de grupos negros organizados no país têm apontado para a necessidade de se dar maior atenção ao processo educativo que se desenvolve em várias instâncias da convivência humana. É no transcorrer desse processo que se cristalizam concepções falsas sobre os negros –também internalizadas pelo grupo étnico, dificultando a construção de uma identidade positiva, capaz de contrapor-se às concepções negativas, elaboradas historicamente pelos grupos brancos dominantes.(Valente, 2005).

A academia tem se posicionado acerca desta temática com uma vasta produção de teses e dissertações, das quais pontua-se:

Alves(2007), “Ensino de história e cultura afro-brasileira e africana: da lei ao cotidiano escolar-Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia)”; Chaves “ A Implementação da LEI 10639/03 na Educação: A Desconstrução do Preconceito e da Discriminação Contra a População Negra Brasileira.” Cardoso (2002) “O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998”; Vieira (2010), “A questão racial e a cultura afro-brasileira. Um estudo acerca dos livros didáticos”; Silva (2012), “Relações Étnico-Raciais: um estudo sobre os impactos da lei nº 10.639/03” .

Neste sentido, nossa questão de partida se volta para saber que uso os professores estão fazendo acerca da literatura africana e afro-brasileira para a construção da identidade dos estudantes negros da Rede Municipal de ensino da cidade do Recife? Assim sendo, as categorias eleitas nessa pesquisa centralizam-se nas políticas públicas, educação multicultural, identidade, literatura africana e afro-brasileira, tendo como referencial teórico os trabalhos de Tedesco (2005), Teodoro (2003), Dubar (2006), Delors (1999), Gomes (2005), Castells, Amancio, (2008) Ataíde de Almeida (2002), Hall (2003), Loureiro (2004), Leite (1998-2012), Lüdke, André, (1986), Minayo, (2002), Munanga (2005), Orlandi (2005). Entre outros, que se preocupam em registrar em seus artigos e teses a temática das relações raciais, contribuindo para a desconstrução do racismo em nosso país.

Diante do exposto, esta investigação está organizada em quatro capítulos e uma conclusão: no primeiro capítulo – Refletindo acerca das Políticas Públicas e a Política de Ensino da Rede Municipal do Recife. No segundo capítulo- Identidade e Educação Multicultural, Identidade e Literatura Africana e Afro-Brasileira – buscamos refletir acerca do racismo e preconceito em sala de aula, a ideologia e suas repercussões na construção da identidade cultural do negro, bem como os conceitos presentes no debate sobre as relações raciais no Brasil. O terceiro capítulo - Percurso metodológico - demonstra os caminhos metódicos e instrumentos que possibilitaram o desenvolvimento da pesquisa, tais como: os objetivos e a coleta de dados da investigação. Finalmente, o quarto capítulo, intitulado: “Análise e interpretação dos resultados” analisa os dados coletados e os interpreta à luz dos objetivos propostos.

Sendo assim, acreditamos que pesquisa contribuirá com a reflexão para a instrumentalidade da literatura como ferramenta que contribui para desvelar as culturas afro-brasileira e africana ajudando na construção da identidade dos alunos negros.

CAPÍTULO I. POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1. Política pública

Política pública é uma expressão que visa definir uma situação específica da Política, do ponto de vista etimológico, refere-se à participação do povo nas decisões da cidade, do território. Porém, historicamente essa participação assumiu feições distintas, no tempo e no lugar, podendo ter acontecido de forma direta ou indireta (por representação). Porém, um agente sempre foi fundamental no acontecimento da política pública: o Estado.

Nas últimas décadas a discussão acerca das políticas públicas tomou uma dimensão muito ampla, haja vista o avanço das condições democráticas em todos os recantos do mundo e a gama de arranjos institucionais de governos, que se tornou necessário para se fazer a governabilidade. Entende-se por governabilidade as condições adequadas para que os governos se mantenham estáveis. São essas condições adequadas, enquanto atitudes de governos (sejam eles de âmbito nacional, regional /estadual ou municipal), que caracterizam as políticas públicas.

De acordo com De Plácido e Silva:

“Política. Derivado do latim *politice*, procedente do grego *politiké*, forma feminina de *politikos*, possui, na acepção jurídica, o mesmo sentido filosófico, em que é tido: designa a ciência de bem governar um povo, constituído em Estado. Assim, é seu objetivo estabelecer os princípios, que se mostrem indispensáveis à realização de um governo, tanto mais perfeito ao cumprimento de suas precípuas, finalidades, em melhor proveito dos governantes e governados. [...], ao bom funcionamento das instituições administrativas do Estado, para que assegure a realização de seus fundamentais objetivos, e para que traga a tranqüilidade e o bem-estar a todos quantos nele se integrem.” (De Plácido, & Silva, 2006, p. 1055).

As Políticas Públicas de Educação pressupõem que a educação é um direito de todos os indivíduos, contribuindo para a possibilidade de escolas democráticas e uma sociedade justa e humana. Para tal, se faz necessário um projeto nacional de desenvolvimento educacional que se volte, sobretudo, para a organização das escolas e para o atendimento à demanda de seus profissionais por formação inicial e continuada para o atendimento da diversidade humana e de aprendizagem dos alunos, considerando suas características individuais, ritmos singulares de aprendizagem e de desenvolvimento social, cognitivo, sensorial e físico. Devendo, para isso, as escolas contemplarem, em seus projetos pedagógicos, o atendimento a essa diversidade, atentando para, dentre outros aspectos, a superação das barreiras arquitetônicas, atitudinais, pedagógicas e à aprendizagem, presentes no cotidiano escolar e da dicotomia ainda existente entre escolas.

As políticas públicas de Educação têm investido na execução de programas de formação continuada seguindo planos, leis, diretrizes e projetos estabelecidos pelas Secretarias de Educação dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Segundo Tedesco (2005), ao longo das últimas três décadas, os sistemas educacionais, em muitos países foram objeto de sucessivas e variadas proposições de reforma que, paradoxalmente, reforçaram sua rigidez e seu imobilismo. Tedesco afirma ainda que as políticas públicas educacionais atuais se apresentam com um certo ceticismo, isso porque, há décadas que o sistema de ensino e suas formas de gerencia vêm se modificando. Afirmado ainda que basta uma olhada rápida na história das últimas décadas permite afirmar que se tentou de tudo no âmbito da educação, e, no entanto, os resultados são insignificantes.

A Lei 10.639/2003 institui a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura afro-brasileira e africana no ensino fundamental e médio das escolas públicas e particulares do país. Essa Lei foi sancionada em março de 2003 e alterou a Lei 9.394 de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Essas políticas de ações afirmativas foram fruto de luta do Movimento Negro ao longo do século XX, que apontam para a necessidade de diretrizes que orientassem a formulação de projetos empenhados na valorização da História e Cultura dos afro-brasileiros e dos africanos.

O Movimento Negro indaga a exclusividade do enfoque sobre a classe social presente nas reivindicações e denúncias da luta dos movimentos sociais da época. As suas reivindicações assumem um caráter muito mais profundo: indagam o Estado, a esquerda brasileira e os movimentos sociais sobre o seu posicionamento neutro e omissivo diante da centralidade da raça na formação do país.

Ao colocar a diversidade étnico-racial e o direito à educação no campo da equidade, o Movimento Negro indaga a implementação das políticas públicas de caráter universalista e traz o debate sobre a dimensão ética da aplicação destas políticas, a urgência programas voltados para a efetivação da justiça social e a necessidade de políticas de ações afirmativas que possibilitem tratamento apropriadamente desigual a indivíduos em situações sociais, étnico-raciais, de gênero, geracionais, educacionais, de saúde, moradia e emprego historicamente marcados pela exclusão, desigualdade e discriminação. Os dados referentes à persistência das desigualdades raciais divulgados pelas pesquisas oficiais (IPEA, 2008) são retomados com contundência pelo Movimento

Negro ao indagar o papel do Estado e das políticas educacionais na reversão desse quadro (Gomes, p.07).

Ações afirmativas compõem o conjunto de políticas públicas ou privadas com vistas a diminuir a desigualdade enfrentada por determinados grupos sociais que, por serem historicamente discriminados, se encontram em posição desvantajosa em relação à sociedade abrangente, especialmente pelo Estado.

A Lei 10.639/2003 delibera o trato nos currículos escolares do conhecimento acerca da cultura e da história africana e afro-brasileira no Ensino Fundamental e Médio.

“§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo de História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação Artística e de Literatura e História Brasileiras” (Lei 10.639, 2003).

Em meio a essas transformações torna-se necessário pensar em políticas públicas capazes de contribuir no processo educacional em nosso país. Atualmente notasse um discurso dos governos em busca de educação de qualidade, um aspecto marcante na realidade de nosso País e no mundo.

É na década de 80, no século XX, durante o processo de abertura política e redemocratização da sociedade que assistimos uma nova forma de atuação política dos negros e negras brasileiros. Estes passaram a atuar ativamente por meio dos novos movimentos sociais sobretudo os de caráter identitário trazendo um outro conjunto de problematização e novas formas de atuação e reivindicação política. O Movimento Negro indaga a exclusividade do enfoque sobre a classe social presente nas reivindicações e denúncias da luta dos movimentos sociais da época. As suas reivindicações assumem um caráter muito mais profundo: indagam o Estado, a esquerda brasileira e os movimentos sociais sobre o seu posicionamento neutro e omissivo diante da centralidade da raça na formação do país.

A Lei 10.639 de 2003 e suas respectivas formas de regulamentação (resolução CNE/CP 01/2004 e parecer CNE/CP 03/2004) vinculam-se à garantia do direito à educação. Elas o requalificam incluindo neste o direito à diferença. A sua efetivação como política pública em educação vem percorrendo um caminho tenso e complexo, no Brasil. É possível perceber o seu potencial indutor e realizador de programas e ações direcionados à sustentação de políticas de direito e de reforço às questões raciais em

uma perspectiva mais ampla e inclusiva. Estes vêm sendo realizados pelo MEC e, em graus muito diferenciados, pelos sistemas de ensino. No entanto, dada a responsabilidade do MEC, dos sistemas de ensino, das escolas, gestores e educadores na superação do racismo e na educação das relações étnico-raciais, as iniciativas para a concretização dessa política ainda carecem de enraizamento. A sua efetivação dependerá da necessária mobilização da sociedade civil a fim de que o direito à diversidade étnico-racial seja garantido nas escolas, nos currículos, nos projetos político-pedagógicos, na formação de professores, nas políticas educacionais, etc. Com avanços e limites a Lei 10.639/03 e suas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História AfroBrasileira e Africana (Brasil, 2004) possibilitaram uma inflexão na educação brasileira. Elas fazem parte de uma modalidade de política até então pouco adotada pelo Estado brasileiro e pelo próprio MEC. São políticas de ação afirmativa voltadas para a valorização da identidade, da memória e da cultura negras reivindicadas pelo Movimento Negro e demais movimentos sociais partícipes da luta anti-racista.(Gomes,p.08)

Ao colocar a diversidade étnico-racial e o direito à educação no campo da equidade, o Movimento Negro indaga a implementação das políticas públicas de caráter universalista e traz o debate sobre a dimensão ética da aplicação destas políticas, a urgência programas voltados para a efetivação da justiça social e a necessidade de políticas de ações afirmativas que possibilitem tratamento apropriadamente desigual a indivíduos em situações sociais, étnico-raciais, de gênero, geracionais, educacionais, de saúde, moradia e emprego historicamente marcados pela exclusão, desigualdade e discriminação. Os dados referentes à persistência das desigualdades raciais divulgados pelas pesquisas oficiais (IPEA, 2008) são retomados com contundência pelo Movimento Negro ao indagar o papel do Estado e das políticas educacionais na reversão desse quadro.(Gomes,2010).

Gomes afirma ainda que: “Qualquer análise das políticas educacionais no país não pode negligenciar os marcos históricos, políticos, econômicos e a relação com o Estado e a sociedade civil nos quais estas se inserem. No caso da diversidade étnico-racial é importante entender que os avanços que a mesma tem vivenciado no campo da política educacional e na construção da igualdade e da equidade mantêm uma relação direta com as lutas políticas da população negra em prol da educação ao longo dos séculos”.

1.2. Política de ensino da Rede Municipal do Recife

Em 2004 a Prefeitura do Recife implementou o Programa de Combate ao Racismo Institucional- PCRI, para trabalhar o combate ao racismo institucional no setor público que organizou-se a partir de um grupo intersectorial- GI, composto por representantes de cada Secretaria ou empresa da PR. Esse grupo formulou planos com ações específicas para cada setor. O trabalho teve como objetivo: divulgar o programa de combate ao racismo aos dirigentes, coordenadores/ as, professores/as da Secretaria de Educação; informar e formar este público com vistas na implementação da Lei 10.639/03 no Recife e identificar e visibilizar as práticas pedagógicas exitosas desenvolvidas por profissionais de Educação no âmbito da Secretaria de Educação do Recife, com vistas à construção de uma educação anti- racista e pluriétnicas. O resultado alcançado foi a criação pela Prefeitura e Secretaria de Educação, do Grupo de Trabalho em Educação das Relações Étnico- Raciais –GTERÊ que assume as ações do PCRI. O GTERÊ está formalmente construído, através de portaria, é integrado por representantes de todas as Diretorias e Gerências que compõem a Secretária de Educação e por duas representantes do PCRI. Neste período observa-se as seguintes realizações:

- Duas edições do Curso de História e Cultura Afro- brasileira: promovendo a Equidade Racial na Educação, com a participação de 250 professores/as da Rede;
- Participação em diversas atividades formativas com profissionais da Educação (oficinas, feira de conhecimento, concurso);
- Seminário da Consciência Negra, 800 professores/ as (novembro de 2006);
- Caminhadas da Consciência Negra, 1200 alunos/as (novembro de 2006 e 2007);
- Concurso sobre Práticas Pedagógicas Anti- Racistas(2007);
- Discussão para a implementação da Lei 10.639 em todas as modalidades e níveis de ensino;
- Colaboração com a Formação Continuada dos(as) educadores(as) na construção de conhecimentos sobre a História e Cultura Afro –Brasileira e Africana;

- Identificação e visibilidade das práticas pedagógicas exitosas realizadas por profissionais de Educação no âmbito da Secretaria de Educação do Recife, com vistas à construção de uma educação anti-racista e pluriétnica;
- Identificação do perfil de educadores da Rede Municipal, destacando composição racial e demandas de formação e aperfeiçoamento dos (as) profissionais, através da aplicação de questionários durante o curso;
- Construção do item 22 do Diário de classe, para subsidiar a abordagem pelos educadores sobre a Educação das Relações étnicas raciais em classe.

Observa-se que neste período houve um bom avanço, mas percebe-se também que não houve continuidade de todos esses projetos.

Em maio de 2014 a Secretaria de Educação da Cidade do Recife, apresentou para seus professores sua política de ensino e subsídios para atualização da organização curricular. O documento apresentado toma como base o legado histórico já construído na cidade, apontando novos rumos ao inserir a discussão sobre as questões da Diversidade, do Meio Ambiente e da Tecnologia na Educação. Apresentando assim os fundamentos teórico-metodológicos que são os princípios orientadores para que o processo escolar assegure os direitos de aprendizagem indispensáveis ao enfrentamento dos grandes desafios sociais, cognitivos e culturais do mundo contemporâneo.

(...) o documento Política de Ensino da Rede Municipal do Recife: subsídios da organização curricular. Caderno 1 – Fundamentos teórico-metodológicos.

O material é apresentado em seis capítulos. No primeiro, intitulado Construindo Significados, é realizado o resgate da memória pedagógica da rede. No segundo, nomeado Eixos e Princípios da Política de Ensino: Escola Democrática, Diversidade, Meio Ambiente e Tecnologia são tratados os alicerces conceituais e os caminhos por onde as aprendizagens serão asseguradas, considerando os eixos como veículo da convivência e da experiência cidadã. No terceiro capítulo, denominado Que Conhecimentos Privilegiar na Escola? Os assuntos abordados são o currículo e a nova identidade necessária aos docentes e às unidades educacionais; a integração de novos saberes ao currículo; os eixos temáticos como orientadores da prática e das discussões pedagógicas e as aprendizagens para além dos muros da escola. O quarto capítulo, que se intitula A Avaliação, coloca a discussão sobre concepção de avaliação na perspectiva de assegurar as aprendizagens, trata dos instrumentos avaliativos e dos conselhos pedagógicos. No quinto capítulo, Os Processos de Ensinar e Aprender, são tecidas as

ideias sobre o fazer pedagógico de modo indissociável ligado à reflexão e registro das suas respectivas práticas. No último capítulo, Educação Básica no Recife, são apresentadas as concepções, as etapas, as modalidades da Educação Básica no Recife.

Educar para um outro mundo possível é educar para a conscientização, para a esperança, para a justiça social, para a diversidade cultural e para a sustentabilidade. E é baseada nessas premissas que a Política de Ensino da Rede Municipal do Recife está construída (Recife, 2012, p.46).

CAPÍTULO II. IDENTIDADE E EDUCAÇÃO MULTICULTURAL

2.1. Conceituando Identidade

O conceito de identidade está originariamente relacionado ao fato de um indivíduo construir a sua própria história. A partir dos movimentos sociais da década de 1960, nos quais segmentos da sociedade reivindicavam autonomia e participação social, os estudos sobre identidade na psicologia social ganharam grande impulso. A identidade passa a ser articulada a interação, autonomia e processos sociais. (Loureiro, 2004).

Segundo Stuart Hall (p.07) a questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. Hall afirma ainda que as identidades modernas estão sendo "descentradas", isto é, deslocadas ou fragmentadas.

Identidade é a única e distinta completa. Cultural é um adjetivo de saber. Logo, a junção das duas palavras produz o sentido de saber se reconhecer. Muitas questões contemporâneas sobre cultura se relacionam com questões sobre identidade. A discussão sobre a identidade cultural acaba influenciada por questões sobre: lugar, gênero, raça, história, nacionalidade, idioma, orientação sexual, crença religiosa e etnia. Na percepção individual ou coletiva da identidade, a cultura exerce um papel principal para delimitar as diversas personalidades, os padrões de conduta e ainda as características próprias de cada grupo humano. A influência do meio constantemente modifica um ser já que nosso mundo é repleto de inovações e características temporárias, os chamados "modismos". No passado as identidades eram mais conservadas devido à falta de contato entre culturas diferentes; porém, com a globalização, isso mudou fazendo com que as pessoas interagissem mais, entre si e com o mundo ao seu redor. Uma pessoa que nasce em um lugar absorve todas as características deste, entretanto, se ela for submetida a uma cultura diferente por muito tempo, ela adquirirá características do novo local onde está agregada.

2.2. Identidade e Educação Multicultural

De acordo com Gomes (2005), a identidade não é inata, antes refere-se a uma maneira de ser e de estar no mundo. Não sozinho, mas com os outros. Também, a identidade não está presa apenas ao nível cultural. Ela envolve, em cada sociedade, tanto o nível cultural quanto os níveis sociopolíticos e o nível histórico. Assim, “o meu mundo, o meu eu, a minha cultura, são traduzidos também através do outro, de seu mundo e de sua cultura. [...] É como um processo de espelhamento” (Gomes, 2005, p. 42) este modo que a construção de uma identidade negra que seja positiva, numa sociedade que desde os seus primórdios levou o negro a acreditar que se quisesse ser aceito, necessário seria negar-se a si mesmo, representa um enorme desafio aos afro-brasileiros.

De acordo com Munanga (2004), a ideologia do branqueamento, ao desencorajar o sentimento de solidariedade entre os negros e os mestiços, foi a grande responsável pela não construção de uma identidade negra no nosso país. Isso porque o sonho que o mestiço, de modo bastante subliminar, nutre de um dia realizar a passagem ou mesmo de, no tempo presente, gozar de alguma respeitabilidade e aceitação social projeta sua salvação na total assimilação à cultura branca dominante.

Embora estejamos em pleno século XXI, o Brasil ainda é cenário de muitas desigualdades sociais, sendo a questão étnicoracial uma das mais complexas e polêmicas em evidência, pois estes processos de exclusão foram produzidos ao longo de toda a nossa história, se estendendo até hoje. Por essa razão, a identidade dos brasileiros de origem africana sempre é associada à ideia de escravidão, de trabalho braçal e de inferioridade intelectual e ou de atraso tecnológico

Uma das questões fundamentais de serem trabalhadas no cotidiano escolar, na perspectiva da promoção de uma educação atenta à diversidade cultural e à diferença, diz respeito ao combate à discriminação e ao preconceito, tão presentes na nossa sociedade e nas nossas escolas (Moreira & Candau, 2003, p. 163).

Também segundo esses autores a escola é palco de discriminação, mas as vezes não a reconhece devido a sua cultura escolar que é centrada num conceito de igualdade e homogeneidade. Os casos de discriminação passam despercebidos por não existir forças para lutar da parte de quem sofre o preconceito. Existe o conceito de que todos têm direitos iguais e são tratados da mesma maneira, mas na verdade a discriminação

está presente em todas as dimensões da escola. “Dinâmica relacional, brincadeiras, festas, piadas, apelidos, gestos e olhares.” (Moreira, & Candau, 2003, p.164).

Segundo o dicionário Houaiss da língua portuguesa cultura é o conjunto de atividades e modos de agir, costumes e instruções de um povo, meio pelo qual o homem se adapta às condições de existência transformando a realidade. Valorizar a cultura é respeitar a liberdade de pensamento, a expressão do outro, respeitando a identidade de cada um.

Multiculturalismo é a mistura de culturas, a miscigenação dos credos e culturas que ocorrem no Brasil desde os tempos da colonização. Sendo esta diversidade uma das principais características da cultura brasileira dando ênfase ao processo imigratório que teve grande importância para a formação desta cultura. O Brasil incorpora em seu território culturas de todas as partes do mundo e podemos afirmar que este processo de imigração começou em 1530 quando os portugueses deram início à colonização do Brasil. Os primeiros imigrantes não-portugueses que vieram para o Brasil foram os africanos, que eram utilizados como escravos nas lavouras de café.

Para a escola ambicionar implantar o multiculturalismo no currículo como ferramenta indispensável à formação humana do nosso tempo e ultrapassar as fronteiras da desigualdade, precisará educar com identidade, abrindo mão de paradigmas, reformulando métodos e encarando desafios. O multiculturalismo é indispensável para o exercício da cidadania.

A educação multicultural pode também ser usada, em outro enfoque, para integrar grupos que contestam valores e práticas dominantes, celebrar manifestações culturais dominantes, garantir a homogeneidade, e tentar apagar (ou esmaecer) as diferenças, bem como evitar que a compreensão da constituição das diferenças questione hierarquias estabelecidas (Moreira, & Candau, 2003, p. 66).

O multiculturalismo é o jogo das diferenças, cujas regras são definidas nas lutas sociais por atores que, por uma razão ou outra, experimentam o gosto amargo da discriminação e do preconceito no interior das sociedades em que vivem (...). Isto significa dizer que é muito difícil, se não impossível, compreender as regras desse jogo sem explicitar os contextos socio-históricos nos quais os sujeitos agem, no sentido de interferir na política de significados em torno da qual dão inteligibilidade a suas próprias experiências, construindo-se enquanto atores. (Gonçalves, & Silva, 2001).

Conclui-se que para uma educação multicultural torna-se necessário um grande trabalho de desconstrução de categorias, caso contrário, o tema da pluralidade cultural,

preconizado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, tenderá a ser tratado nas salas de aula, com significações que acentuam e atualizam discursos e atitudes preconceituosas e discriminatórias.

Nessa perspectiva a educação multicultural pode ser utilizada com vários objetivos, no combate a discriminação e a qualquer tipo de preconceito com o intuito de promover uma pluralidade que respeite as diferenças dos seres humanos; construindo assim um ambiente capaz de desenvolver várias dinâmicas e manifestações que caracterizam a escola como um espaço sociocultural. A educação multicultural é essencial, já que vivemos numa sociedade onde a discriminação vive impregnada na vida das pessoas como afirmam Moreira & Candau (2003).

Esses autores defendem ainda, o ponto de vista de que, particularmente em um país como o Brasil, não é possível nos esquecermos da desigualdade e nos voltarmos apenas para as diferenças entre os indivíduos (Moreira, & Candau, 2003, p.157).

Uma das questões fundamentais de serem trabalhadas no cotidiano escolar, na perspectiva da promoção de uma educação atenta à diversidade cultural e à diferença, diz respeito ao combate à discriminação e ao preconceito tão presentes na nossa sociedade e nas nossas escolas (Moreira, & Candau, 2003, p. 163). Contudo a literatura africana favorece e fortalece uma prática textual que considera o negro como objeto de apontamentos significativamente caricaturados conforme descrito em uma das obras de Mia Couto em referência a uma mulher negra:” Couto (2014 p.20) A negra gorda falou enquanto rodava a tampa do rapé, ferrugentia”. Para tanto, consideramos que essa prática se encarrega sozinha de mostrar-nos a necessidade do uso da lei 10.639 – 03 nas salas de aulas de escolas públicas da cidade do Recife.

A construção de práticas multiculturais e não-discriminatórias só é possível na ação conjunta. A cultura escolar e a cultura da escola naturalizam com tanta força esses aspectos, que é somente no diálogo, no questionamento, no debate, que é possível desenvolver um novo olhar sobre o cotidiano escolar. [...] A escola tem um papel muito sério, inescapável, que é um espaço privilegiado de encontro com o diferente. A escola tem de ter um papel muito claro e verdadeiramente democrático, e a escola se democratiza quando ela garante os direitos e cobra os deveres de cada um e faz com que todos os alunos dali se respeitem (Moreira, & Candau, 2003 p. 165).

As questões do multiculturalismo e da diferença tornaram-se, nos últimos anos, centrais na teoria educacional crítica e até mesmo nas pedagogias oficiais. Mesmo que tratadas de forma marginal, como “temas transversais”, essas questões são

reconhecidas, inclusive pelo oficialismo, como legítimas questões de conhecimento. O que causa estranheza nessas discussões é, entretanto, a ausência de uma teoria da identidade e da diferença. Em geral, o chamado “multiculturalismo” apóia-se em um vago e benevolente apelo à tolerância e ao respeito para com a diversidade e a diferença. É particularmente problemática, nessas perspectivas, a idéia de diversidade. Parece difícil que uma perspectiva que se limita a proclamar a existência da diversidade possa servir de base para uma pedagogia que coloque no seu centro a crítica política da identidade e da diferença. Na perspectiva da diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas. São tomadas como dados ou fatos da vida social diante dos quais se deve tomar posição. Em geral, a posição socialmente aceita e pedagogicamente recomendada é de respeito e tolerância para com a diversidade e a diferença (Silva, p.73).

2.3. Identidade e Literatura Africana e Afro-Brasileira

A literatura justifica-se por sua principal característica de simbolizar as coisas do mundo através da palavra. É a linguagem carregada de significados, ou ainda, designa o que é humano, um olhar pelo mundo social sobre diferentes vieses. Através da leitura, jovens e crianças aproximam-se, de modos multifacetados, da diversidade cultural, histórica e social sobre variados ramos e contextos facilitadores no processo de aprofundamento de suas identidades étnico-sociais.

No sistema interétnico brasileiro, estudando a forma como os seguimentos branco e negro da população se relaciona, podemos afirmar, embasados em todas as teorias e dados expostos até aqui, que no âmbito do preconceito étnico- racial, quanto mais características afro- descendentes a pessoa apresenta, mais ela é afastada das camadas centrais do sistema, pois, nas camadas centrais estão predominantemente os representantes do modelo dominante: o modelo branco (Loureiro, 2004).

Através da literatura podemos fazer levantamentos de problemáticas sociais, questões sobre o racismo e resgate cultural. Ao engajar o diálogo entre linguagem literária e mundo social, oportuniza-se a reflexão sobre diferentes realidades e a ideias de mobilidade social. O educador pode contribuir com este processo ao promover a visibilidade dos livros literários que apontem a temática negra e a diversidade cultural. Mas, o mundo literário, como fenômeno concreto, implica variabilidade de perspectivas, contextos e a aquisição de diferentes saberes e a partir do seu conteúdo social, ou seja,

como a recepção projetada por sua leitura contribui para instrumentalizar discussões étnico-sociais. Desta forma é necessário que o educador para trabalhar as leituras literárias destinadas ao público infantil e juvenil com temas étnico-social, ou ainda, títulos que incluam a real participação de personagens negras, costumes afro-brasileiros e informações culturais, tenha subsídios teóricos e metodológicos para trabalhar as leituras literárias destinadas a esse público.

O estudo sobre essas literaturas conduzem aos processos de memória (história) e identidade (cultura) implicando no fortalecimento da nacionalidade. Indica a resistência à imposição colonial, no sentido de um povo que mesmo tendo sido obrigados a esquecer, abandonar sua ancestralidade e valores, não o fizeram na prática: mantiveram vívidas suas esperanças e existências e, no momento certo, fizeram emergir sua identidade e raiz africana (Leite, 2003; Cezerilo, 2001).

CAPÍTULO III. PERCURSO METODOLÓGICO

3.1. Objetivos

3.1.1. Objetivo geral

Analisar que uso os professores estão fazendo acerca da literatura africana e afro-brasileira para a construção da identidade dos estudantes negros da Rede Municipal de Ensino da cidade do Recife.

3.1.2. Objetivos específicos

Partindo do objetivo geral, para percorrer esse caminho foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- Identificar o conhecimento do professor de ensino fundamental acerca da lei 10.639;
- Mapear o uso pelos professores da lei 10.639 e a instrumentalidade desta lei no uso da literatura africana e afro-brasileira no cotidiano das aulas.

3.2. Método

Com o intuito de atender aos objetivos propostos, a presente pesquisa será direcionada a parâmetros relacionados à pesquisa qualitativa, de natureza descritiva como forma de enfatizar mais o processo de que o produto final. Na visão de Lüdke e André (1986, p.12), o pesquisador neste tipo de abordagem deve atentar para o máximo de elementos que surgirão durante a pesquisa, tendo em vista que um "aspecto supostamente trivial pode ser essencial para a melhor compreensão do problema que está sendo estudado". Segundo os autores, esta é uma abordagem "rica em dados descritivos, por ter um plano aberto e flexível além de focalizar a realidade de forma complexa e contextualizada" (p. 18), sendo, portanto, a mais adequada para fornecer os subsídios necessários ao estudo proposto. Ainda segundo Minayo este tipo de pesquisa:

“...trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 2002, p. 21).

O objetivo primordial da pesquisa qualitativa não está na “produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo”, mas na verdade no

aprofundamento da compreensão de um fenômeno social” por meio da coleta e análise qualitativa dos dados dos sujeitos envolvidos na pesquisa.” (Richardson, 2009, p. 102).

Nessa perspectiva a metodologia aplicada teve uma abordagem para que possamos investigar a literatura africana e afro-brasileira como referencial e como instrumento para a construção da identidade de estudantes da Rede Municipal do Recife, considerando as demandas da contemporaneidade, as perspectivas docentes, os desafios enfrentados, as consequências do processo e as implicações educacionais.

A pesquisa seguirá o percurso descritivo e explicativo, tendo em vista que partirá do “antes- depois”, perfazendo um levantamento de informações significativas. Na pretensão de uma visão inicial através da pesquisa descritiva levando a aproximação da explicativa, em que a preocupação central é a reflexão sobre a influência da literatura africana e afro-brasileira na escola enquanto mediadora de transformações sociais, formação de identidade e qualificação das aprendizagens discentes.

Nesse intuito, será realizado um estudo bibliográfico com o objetivo de identificar e conhecer diversas fontes e suportes teóricos que permeiam e contextualizam as temáticas exploradas e uma abordagem do tipo etnográfica descrita por André (1995) como “um esquema de pesquisa desenvolvido pelos antropólogos para estudar a cultura e a sociedade” (p. 27), direcionada para a educação com forma de observar o processo educativo.

“O uso da etnografia em educação deve envolver uma preocupação em pensar o ensino e a aprendizagem dentro de um contexto cultural amplo. Da mesma maneira, as pesquisas sobre escola não devem se restringir ao que se passa no âmbito da escola, mas sim relacionar o que é aprendido dentro e fora da escola.” (Lüdke, & André, 1998, p.14).

A autora descreve cinco características essenciais nesta abordagem com importante significação para as pesquisa em educação, a saber: a observação participante, entrevistas intensivas e a análise de documentos, interação do pesquisador e do objeto pesquisado, ênfase no processo, preocupação com o significado e trabalho de campo. Tais características serão utilizadas para coleta e como orientadores na análise dos dados que para Santana, “a etnografia é a metodologia mais adequada para pesquisar sobre questões sociais por contribuir para o estudo das desigualdades e exclusões sociais.” (Santana, 2011, p. 57).

Nossos sujeitos de pesquisa serão 14 professores de Ensino Fundamental I de duas escolas municipais do Recife, por considerar que estes são de vital importância no reconhecimento dos avanços e desafios que a escola tem vivenciado com a temática em

3.5. Técnicas e instrumento de coleta de dados

Dada a natureza da pesquisa, os instrumentos de recolha de dados adotados foi a entrevista.

Segundo Minayo (2009) embora hajam formas e técnicas de realizar o trabalho de campo, dois são os instrumentos principais desse tipo de trabalho: a observação e a entrevista. Enquanto a primeira é feita sobre tudo aquilo que não é dito mas pode ser visto e captado por um observador atento e persistente, a segunda tem como matéria – prima a fala de alguns interlocutores.

3.5.1. Entrevista

Entrevista, tomada no sentido mais amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. (Minayo, 2009)

Segundo Richardson (2010, p.207) a entrevista é a melhor situação para participar na mente do outro ser humano, pois é a interação face a face, que “tem o caráter inquestionável de proximidade entre pessoas que proporciona as melhores possibilidades de penetrar na mente, vida e definição dos indivíduos”.

Richardson(1999), ainda considera que a entrevista é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas. É o modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida de uma pessoa A para uma pessoa B.

Sendo assim, as perguntas que compuseram a entrevista foram relacionadas entre si, estão dispostas em um guião (Apêndice I) para posteriormente serem agrupadas, a fim de facilitar a organização para a análise dos dados e apresentação dos resultados. O quadro abaixo apresenta as categorias da entrevista.

Quadro 1. Descrição das categorias da entrevista aplicada aos professores.

| Descrição das categorias da entrevista aplicada aos professores. | |
|---|---|
| Q1 | Identificação do Entrevistado |
| Q2 | Conhecimento a acerca da lei 10.639 |
| Q3 | Instrumentos de a contribuição da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos estudantes. |
| Q4 | Observação do estudante no momento da aplicabilidade da Lei. |
| Q5 | Avaliação da Aprendizagem da lei 10.639 |
| Q6 | Relação com a Sociedade |

3.6. Instrumentos de análise dos dados

Segundo Chizzotti (2003), a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

Trabalhamos com a análise de Discurso (AD) na linha francesa que privilegia os sentidos e as significações do discurso (Orlandi,2005)

CAPÍTULO IV. ANÁLISES E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1. Apresentação e discussão dos resultados obtidos através da análise qualitativa

A partir da entrevista realizada com as quatorzes professoras que formaram a amostra desta pesquisa, foi possível traçar um breve perfil, agrupando questões sobre gênero, Idade, Identificação quanto a cor, formação acadêmica e tempo de função docente na Formação Discursiva (FD) identificação pessoal e profissional dos professores (Tabela 01)

4.2. Identificação pessoal e profissional dos professores

Quadro 2. Identificação pessoal e profissional dos professores

| Professores | Gênero | Idade | Identificação quanto à cor | Formação acadêmica | Tempo de função docente |
|-------------|----------|-------|----------------------------|--------------------|-------------------------|
| P A 01 | Feminino | 46 | Parda | 22 anos | 21 anos |
| P A 02 | Feminino | 35 | Negra | 10 anos | 12 anos |
| P A 03 | Feminino | 42 | Parda | 20 anos | 20 anos |
| P A 04 | Feminino | 47 | Parda | 29 anos | 29 anos |
| P A 05 | Feminino | 39 | Branca | 14 anos | 5 anos |
| P A 06 | Feminino | 49 | Branca | 26 anos | 26 anos |
| P A 07 | Feminino | 42 | Parda | 13 anos | 16 anos |
| P B 01 | Feminino | 38 | Parda | 13 anos | 20 anos |
| P B 02 | Feminino | 46 | Parda | 27 anos | 27 anos |
| P B 03 | Feminino | 53 | Parda | 25 anos | 25 anos |
| P B 04 | Feminino | 32 | Parda | 10 anos | 14 anos |
| P B 05 | Feminino | 47 | Parda | 30 anos | 30 anos |
| P B 06 | Feminino | 40 | Negra | 10 anos | 15 anos |
| P B 07 | Feminino | 42 | Branca | 20 anos | 20 anos |

Os participantes desse processo de investigação foram 14 professoras polivalentes de Educação Fundamental I, pela concepção de que estes sujeitos possuem níveis distintos de exposição ao processo de escolarização, podendo-se comparar o discernimento a respeito da temática Relação Étnicoraciais, visto que é o nosso objeto de investigação. A pesquisa teve seu desdobramento em duas Escolas da Rede Municipal de ensino situada na RPA 02 da região metropolitana do Recife.

As professoras entrevistadas aparecem representadas pela letra “P”, seguida de números e letras A e B, diferenciando as escolas, facilitando assim a apresentação dos resultados e mantendo o anonimato das mesmas.

No que concerne ao gênero, percebemos que todas são mulheres, já no que tange às idades dos entrevistados, verificou-se que a maioria tem entre 32 e 53 anos. A formação étnica das professoras predominante é afrodescendente e elas se identificaram primeiro pela idade, em seguida pelo gênero, depois pela cor da pele(raça), formação acadêmica e por último nos informa o tempo na função docente. As professoras que estão na cronologia de pigmentação mais escura consideram o outro ou a si mesmas de morenas e as mais claras pardas e algumas mesmo pardas se consideram brancas.

Utilizamos o termo raça em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) que o define como construído nas tensas relações sociais estabelecidas entre brancos e negros e é muitas vezes utilizado para informar características físicas como cor da pele, cabelo e não no sentido biológico.

De acordo com Munanga (2004a), a ideologia do branqueamento, ao desencorajar o sentimento de solidariedade entre os negros e os mestiços, foi a grande responsável pela não construção de uma identidade negra no nosso país. Isso porque o sonho que o mestiço, de modo bastante subliminar, nutre de um dia realizar a passagem ou mesmo de, no tempo presente, gozar de alguma respeitabilidade e aceitação social projeta sua salvação na total assimilação à cultura branca dominante. Para tanto, abre mão do que Munanga chama de identidade de excluídos: não conseguindo se enxergar como um excluído, não entende porque e para quê lutar. Essa falta de entendimento se torna um obstáculo para a consecução de um modo de organização social melhor, mais justo e igual. No branqueamento citamos aqui Skidmore(1976) em emblemático estudo sobre esta ideologia no Brasil.

O racismo é definido como um comportamento, uma ação que é resultado da aversão, algumas vezes ódio, para com as pessoas que tem uma pertença racial que é possível observar, por meio de traços como cor da pele, tipo de cabelo, forma dos olhos, entre outras, resulta da crença da existência de raças ou tipos humanos superiores e inferiores, na tentativa de se impor como única ou verdadeira (Munanga & Gomes, 2006).

Partindo da tomada de consciência dessa realidade, sabemos que nossos instrumentos de trabalho na escola e na sala de aula, isto é, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais carregam os mesmo conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental. Os

mesmos preconceitos permeiam também o cotidiano das relações sociais de alunos entre si e de alunos com professores no espaço escolar (Munanga, 2005, p.15).

Nas ações e lutas desenvolvidas pela população negra nos séculos XIX, XX e no decorrer do século XXI uma questão sempre atraiu a sua atenção devido ao seu papel estratégico na sociedade: a educação. Esta se tornou uma forte bandeira de luta do Movimento Negro no século XX. Os ativistas do Movimento Negro reconhecem que a educação não é a solução de todos os males, porém, ocupa um lugar importante nos processos de produção de conhecimento sobre si e sobre “os outros”, contribui na formação de quadros intelectuais e políticos e é constantemente usada pelo mercado de trabalho como critério de seleção de uns e exclusão de outros. Além disso, a educação, no Brasil, é um direito constitucional conforme o artigo 205 da Constituição Federal (1988). Porém, todas as pesquisas oficiais realizadas nos últimos anos apontam como o campo educacional tem produzido e reproduzido no seu interior um quadro de desigualdades raciais.(Gomes 2005,p.4)

Será necessário que o docente se disponha e se capacite a reformular o currículo e a prática docente com base nas perspectivas, necessidades e identidades de classes e grupos subalternizados. Tais mudanças nem sempre são compreendidas e vistas como desejáveis e viáveis pelo professorado. Certamente, em muitos casos, a ausência de recursos e de apoio, a formação precária, bem como as desfavoráveis condições de trabalho constituem fortes obstáculos para que as preocupações com a cultura e com a pluralidade cultural, presentes hoje em muitas propostas curriculares oficiais (alternativas ou não), venham a se materializar no cotidiano escolar. Mas, repetimos, não se trata de uma tarefa suave (Moreira, & Candau, 2003, p.157).

Quadro 3. Apresentação de ED das professoras, agrupados na FD “Concepção dos professores acerca da lei 10.639”

| FD: Concepção dos professores a cerca da lei 10.639 | |
|--|---|
| Professoras | Exceto Depoimento |
| A 01 | [...]”eu conheço sobre a lei 10.639, é que obriga as escolas públicas e particulares incluírem a História e a Cultura afro brasileira ao currículo.”[...] |
| A 02 | [...]”Que devemos trabalhar e reconhecer a cultura africana e afro brasileira.”[...] |
| A 03 | [...]”A implementação dessa lei possibilita o ensino da cultura e da história das civilizações africanas no currículo da educação básica.[...] |
| A 04 | [...]”Trata-se de uma lei que reestabelece as diretrizes das bases da educação nacional, sancionada no ano de 2003.” |
| A 05 | [...]”Acerca da lei 10.639, estou ciente de que trata-se da obrigatoriedade do ensino – história e cultura afro-brasileira, em estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.”[...] |
| A 06 | [...]”Não a domino, mas ainda o farei. Que é um instrumento a mais para contribuir para o respeito e conhecimento do direito do outro.”[...] |
| A 07 | [...]”É a implantação da história e cultura afro- brasileira no currículo escolar.”[...] |
| B 01 | [...]”Lei que torna obrigatório o ensino da historia e cultura afro-brasileira na educação, tanto privada como pública.’[...] |
| B 02 | [...]”Ainda pouco, mas venho buscando maiores informações.”[...] |
| B 03 | [...]”É uma lei que torna obrigatório o ensino da história e da cultura Afro brasileira em todas as escolas públicas e privadas.”[...] |
| B 04 | [...]”É uma lei referente a cultura afro-brasileira e africana.”[...] |
| B 05 | [...]”É uma lei que torna obrigatório o ensino da história e da cultura Afro brasileira em todas as escolas públicas e privadas.”[...] |
| B 06 | [...]”É uma lei referente a cultura afro-brasileira e africana.”[...] |
| B 07 | [...]”Que ela fala sobre o ensino da história e cultura afro e brasileiro da cultura negra na formação da sociedade brasileira” |

A Lei 10.639/03 e suas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História AfroBrasileira e Africana (Brasil, 2004) possibilitaram uma inflexão na educação brasileira. Elas fazem parte de uma modalidade de política até então pouco adotada pelo Estado brasileiro e pelo próprio MEC. São políticas de ação afirmativa voltadas para a valorização da identidade, da memória e da cultura negras reivindicadas pelo Movimento Negro e demais movimentos sociais partícipes da luta anti-racista. (Gomes 2010, p.8).

Segundo Souza e Crosso (2007), a educação das relações raciais se apresenta na atualidade como uma possibilidade para tratar a diversidade, através do incentivo de conhecimento sobre a pluralidade Étnico-Racial e da reeducação de atitudes, valores, posturas dos cidadãos, através do dialogo, negociar e interagir com diferentes culturas.

O silêncio comum em torno do racismo nos espaços escolares caracteriza a forma como este espaço reproduz a discriminação racial; entretanto, a luta anti-racista em suas diversas dimensões desenvolvidas pelo “Movimento Negro”, por pesquisadores e pesquisadoras negros (as), brancos (as) e docentes, têm contribuído para o rompimento com a produção do silêncio, instaurando novos padrões de lidar com as discriminações raciais. Como assegura Cavalheiro (1998, p.182), afirmando que: “[...] o silêncio que atravessa os conflitos étnicos na sociedade é o mesmo que sustenta o preconceito e a discriminação racial no interior da escola”.

A Lei Orgânica de Recife, promulgada em 04 de abril de 1990, garante que: “Art. 138: O Município promoverá a pesquisa, a difusão e o ensino de disciplinas relativas à cultura afro-brasileira, indígena e outras vertentes, nas escolas públicas municipais” (Recife, 2007).

Quadro 4. Apresentação de ED das professoras, agrupados na FD “O uso que os professores fazem da Lei 10.639”

| FD: O uso que os professores fazem da Lei 10.639 | |
|---|--|
| Professoras | Exceto Depoimento |
| A 01 | [...]”Normalmente utilizo livros das coleções enviadas pelo MEC.”[...] |
| A 02 | [...]”Literatura, rodas de conversas, vídeos.”[...] |
| A 03 | [...]”Literatura infantil que valorize essa temática, filmes, debates.”[...] |
| A 04 | [...]”Acredito que o uso de livros, contos que abordem, a temática e/ou tenham autores negros trazem a representatividade, porém, observo que vídeos e trabalhos artísticos, como peças, trazem resultados tanto no empenho acadêmico, quanto no comportamento social.”[...] |
| A 05 | [...]”Os instrumentos utilizados são, explanação sobre o assunto, vídeos, notícias sobre o tema, projetos, etc.”[...] |
| A 06 | [...]”Livros, vídeos, pesquisas e livros didáticos. Só acho, que deveria haver palestras constantes nas escolas.”[...] |
| A 07 | [...]”Músicas, leituras de livros com a temática e vídeos.”[...] |
| B 01 | [...]”Roda de leitura, debates, dramatização, aula extra classe.”[...] |
| B 02 | [...]”Textos, leitura de imagem, músicas, livros de literatura.”[...] |
| B 03 | [...]”Literatura/ DVD/ documentos/ lei. Leitura / histórias ilustradas/músicas.”[...] |
| B 04 | [...]”Livros, filmes, contação de história, gravuras e desenhos.”[...] |
| B 05 | [...]”Vídeos, leitura de paradidáticos, pesquisas, roda de conversa.”[...] |
| B 06 | [...]”Vídeos, debates, cartazes.”[...] |
| B 07 | [...]”Pesquisas e textos.”[...] |

A Lei 10.639/2003 é um passo crucial no processo de democratização da sociedade brasileira, não apenas por instituir obrigatoriedade do tema História e Cultura Afro-Brasileira, mas pela forma como ela o faz, desde a História da África à luta dos negros no Brasil, considerando sua contribuição cultural, política, econômica e social na

construção nacional. Ela necessariamente aponta para a elaboração de uma nova leitura da nossa história e da nossa sociedade, ajudando a construção de uma nova interpretação do Brasil. (Rocha & Pantoja, p.81).

Segundo Silva(2012)“Ao constatarem a invisibilidade do negro, bem como a produção e a reprodução da discriminação racial nos vários setores sociais, enfatizando aqui o setor educacional brasileiro, os movimentos sociais negros passaram a incluir na agenda de reivindicações junto ao Estado brasileiro estudos que contemplassem a pesquisa, o ensino da História da África, dos africanos e a cultura afro-brasileira nos currículos nacionais”. Silva afirma ainda que: “A Constituição Federal de 1988 representou um importante marco tanto no que diz respeito ao combate ao racismo quanto nos aspectos do reconhecimento da pluralidade cultural brasileira para que, a partir dela, outros textos legais contemplassem o anseio da população negra brasileira. As conquistas em cada estado da federação foram aquecendo mais e mais a luta antirracista até a incorporação em documentos em nível nacional. O exemplo da LDB 9394/96, dos Parâmetros Curriculares Nacionais e a Lei 10.639/03, representando a nacionalização de conquistas, que já haviam acontecido em vários estados e cidades do país. Trata-se de uma vitória, ainda que parcial. Muito mais precisará ser feito”(2012).

Os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. [...] Se nossa sociedade é plural, étnica e culturalmente, desde os primórdios de sua invenção pela força colonial, só podemos construí-la democraticamente respeitando a diversidade do nosso povo, ou seja, as matrizes étnico-raciais que deram ao Brasil atual sua feição multicolor composta de índios, negros, orientais, brancos e mestiços (MUNANGA, 2005a, p. 18).

Munanga afirma ainda que:” Essa história esquecida ou deformada pertence a todos os brasileiros, sem discriminação de cor, sexo, gênero, etnia e religião. [...] A história que interessa aqui começou há 500 anos [...] Uma memória a ser cultivada e conservada através das memórias familiares e do sistema educacional, pois um povo sem memória é como um povo sem história. É justamente aqui que se coloca o problema, pois a herança cultural africana no Brasil nunca ocupou uma posição de igualdade com as outras no sistema de ensino nacional. Se o fosse, não teria nenhum sentido à lei 10.639, promulgada pelo atual presidente da República, 116 anos depois da abolição. (2004b, p. 3).

O parecer sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, tem o intuito de enfrentar a posição de desigualdade vivida pela herança africana que a Lei 10.639/03 veio se posicionar.

Em termos de regulamentação, a Lei 10.639/03 teve a sua efetuada pelo Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução nº 01, de 07 de Junho de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. (Silva,2012)

Quadro 5. Apresentação de ED dos professores, agrupados na FD “As concepções dos professores e o papel da lei para o processo de inclusão e exclusão”

| FD: As concepções dos professores e o papel da lei para o processo de inclusão e exclusão | |
|--|---|
| Professoras | Exceto Depoimento |
| A 01 | [...] “noto que ainda existe uma certa restrição em admitir as raízes africanas no biótipo e na espiritualidade sugerida.”[...] |
| A 02 | [...]”A Lei vai contribuir com a inclusão e conscientização da cultura africana e afro brasileira nas relações sociais (redes sócias, |
| A 03 | [...]”.em algumas ocasiões a lei induz a uma exclusão.”[...] |
| A 04 | [...]”Com essa lei, o processo de exclusão será combatido, trazendo com sigo o sentimento de pertencimento, que nem mesmo atitudes racistas afetará fortemente essas crianças e jovens, por ter conhecimento sobre suas raízes e o quão valiosos são.”[...] |
| A 05 | [...]”.A lei ainda não é amplamente divulgada e a maioria das instituições de ensino abordam o tema de maneira altamente superficial.”[...] |
| A 06 | [...]”Que todo conhecimento enriquece o ser humano, quando o torna protagonista e lhe dá o direito da vivência sadia, através do respeito ao outro.”[...] |
| A 07 | [...]”Se auto afirmar como ser histórico é fundamental na inclusão no mundo.”[...] |
| B 01 | [...]”Em pleno século XXI o preconceito e exclusão com a cultura africana e negros ainda é gritante.”[...] |
| B 02 | [...]”Tenho certeza que a implementação desta lei e um trabalho diversificado só contribuirão para a formação do cidadão brasileiro!”[...] |
| B 03 | [...]”Ainda é preciso parar de potencializar as duas correntes “negros” e “brancos”.”[...] |
| B 04 | [...]”É um ponto positivo, visto que ainda falta muito para ela se tornar totalmente aplicada. Mas não há evolução sem passos pequenos desde que sejam constantes e que terminem em um ideal.’[...] |
| B 05 | [...]”Acredito que a partir do momento que os estudantes aprendem e conhecem melhor a cultura afro descendente, contribuirão para acabar com o preconceito e desta forma serão multiplicadores, contribuindo para a inclusão. |
| B 06 | [...]”Ainda existe muito preconceito, mas aos poucos está acontecendo a inclusão dessa lei na sociedade.”[...] |
| B 07 | [...]”Que essa lei foi criada para levar para as salas de aula, propondo novas diretrizes em saber como trabalhar o contexto estudado.”[...] |

Para que se possa avançar nesse processo, o papel dos(as) professores(as) é fundamental. Nesse sentido, a formação docente, tanto a inicial como a continuada, passa a ser um *locus* prioritário para todos aqueles que queremos promover a inclusão destas questões na educação. No entanto, essa preocupação está ainda muito pouco presente nesses processos, ainda que se venha dilatando o espaço que tem conquistado nas diferentes instituições formadoras. Nas experiências que temos desenvolvido, tanto em cursos de licenciatura e pós-graduação quanto em seminários, oficinas e assessorias às escolas públicas e particulares, consideramos que alguns elementos, a seguir apresentados, são fundamentais. Um primeiro aspecto é partir de uma visão ampla da problemática, em que se analisem os desafios que uma sociedade globalizada, excludente e multicultural propõe hoje para a educação. O marco contextual é fundamental para que se possa construir o novo olhar que desejamos. Outra questão importante é favorecer uma reflexão de cada educador(a) sobre a sua própria identidade cultural: como é capaz de descrevê-la, como tem sido construída, que referentes têm sido privilegiados e por meio de que caminhos. Temos desenvolvido várias vezes este exercício com os(as) educadores(as) e, em geral, o processo tem-se revelado muito provocador e instigante. Os níveis de autoconsciência da própria identidade cultural encontram-se, na maior parte das vezes, pouco presentes e não costumam constituir objeto de reflexão pessoal. (Moreira, & Candau 2003, p.166).

“Observamos que há a carência de uma formação acadêmica referente a Lei 10.639/03 para que estes profissionais consigam perceber atitudes de preconceito racial em suas salas de aula e tenham subsídios para construírem atividades pedagógicas voltadas para a desconstrução do preconceito racial e possam imprimir na cotidianidade escolar projetos e atividades que favoreçam o reconhecimento e a valorização da cultura de ancestralidade africana e afro-brasileira” (Silva, 2012).

Quadro 6. Apresentação de ED dos professores, agrupados na FD “Contribuição da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos estudantes e o uso da Lei 10.639.”

| FD: Contribuição da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos estudantes e o uso da Lei 10.639. | |
|--|--|
| Professoras | Exceto Depoimento |
| A 01 | [...] “A Literatura que trata da História e africana é rica em atitudes benéficas a qualquer sociedade e exemplo bem evidente é o respeito dedicado aos mais velhos, que são reverenciados por deterem experiências e explicitarem em ocasiões oportunas. Normalmente utilizo livros das coleções enviadas pelo MEC.”[...] |
| A 02 | |
| A 03 | [...]”Literatura infantil que valorize essa temática, filmes, debates. Com o embasamento da lei esperamos minimizar o preconceito racial que perpetua durante séculos no nosso país. É preciso conhecer para valorizar a riqueza cultural e toda historicidade dos povos africanos que contribuiu para a construção da identidade afro descendente. ”[...] |
| A 04 | [...]”Acredito que o uso de livros, contos que abordem, a temática e/ou tenham autores negros trazem a representatividade, porém, observo que vídeos e trabalhos artísticos, como peças, trazem resultados tanto no empenho acadêmico, quanto no comportamento social. ”[...] |
| A 05 | [...]”Os instrumentos utilizados são, explanação sobre o assunto, vídeos, notícias sobre o tema, projetos, etc. ”[...] |
| A 07 | [...]”Formação da identidade e elevação da autoestima das crianças. Músicas, leituras de livros com a temática e vídeos.”[...] |
| B 02 | [...]”-Melhorar a autoestima, acabar com o bullying, aceitar o ser como ele é!”[...] |

O discurso dos professores mostra que é através da literatura que podemos fazer levantamentos de problemáticas sociais, questões sobre o racismo e resgate cultural. Ao engajar o diálogo entre linguagem literária e mundo social, oportuniza-se a reflexão sobre diferentes realidades e a ideias de mobilidade social. O educador pode contribuir com este processo ao promover a visibilidade dos livros literários que apontem a temática negra e a diversidade cultural. Mas, o mundo literário, como fenômeno concreto, implica variabilidade de perspectivas, contextos e a aquisição de

diferentes saberes e a partir do seu conteúdo social, ou seja, como a recepção projetada por sua leitura contribui para instrumentalizar discussões étnico-sociais. Desta forma é necessário que o educador para trabalhar as leituras literárias destinadas ao público infantil e juvenil com temas étnico-social, ou ainda, títulos que incluam a real participação de personagens negras, costumes afro-brasileiros e informações culturais, tenha subsídios teóricos e metodológicos para trabalhar as leituras literárias destinadas a esse público.

Neste caso a literatura utilizada pelos professores da Rede Municipal de Ensino são livros enviados pelo MEC, compostos por coletâneas de narrativas provenientes da tradição oral de diferentes povos africanos, biografias de importantes líderes e pequenos contos que abordam a questão da identidade da criança afro-brasileira de maneira sensível e inteligente. Essas professoras acreditam na importância do desenvolvimento de interesses e hábitos permanentes de leitura como um processo constante do aluno de aperfeiçoa-se sistematicamente na escola e que segue pela vida afora. Com isso, acredita-se que estudar as Literaturas Africanas é deixar de ver como personagens das histórias, apenas homens e mulheres de pele branca e de olhos claros, e passando a ver negros sendo protagonistas de suas próprias histórias.

Conforme quadro abaixo:

| Livros | Autores | Assunto |
|---|---|--|
| Menina Bonita do Laço de Fita | Ana Maria Machado e ilustrações de Claudius | Conta a história de um coelho branco que se apaixonou por uma menina negra, e trata de assuntos importantes como a auto-estima das crianças negras e a igualdade racial. |
| O livro das origens | José Arrabal e ilustrações de Andréa Vilela | Neste livro o autor apresenta uma série de mitos de algumas regiões do Brasil, África e México sobre origens. Permite-nos ver como o amazonense e o paraense, como o africano da África do Sul e de Uganda e, por fim, como os Astecas veem a vida. São várias culturas pensando o mundo de forma muito diversa. |
| África: um breve passeio pelas riquezas e grandezas africanas. | Fernando Paixão e ilustrações de Kazane. | O texto em formato de cordel nos mostra a imensa riqueza e extraordinária beleza do continente africano, permitindo desmistificar a ideia de uma África homogênea e devastada pela miséria. |
| OXUMARÊ O Arco-íris | Reginaldo Prandi ilustrador Pedro Rafael | Na antiga África negra, em tempos imemoriais, vivia Oxumarê, filho de Nanã, a mais antiga das mulheres. A beleza de Oxumarê era admirada por todos, que invejavam o luxo de suas roupas coloridas. Um dia a chuva resolveu |

| | | |
|--|---|---|
| | | castigar a Terra; os rios se encheram, as doenças se espalharam e os animais começaram a morrer afogados. Oxumarê, que não tinha muita simpatia pela chuva, cortou o céu com seu punhal de prata e a fez parar. Desde então, toda vez que isso acontece, ele pode ser visto enfeitando o céu, sob a forma de um arco-íris. |
| Os Príncipes do destino, histórias da mitologia afro-brasileira | Reginaldo Prandi ilustrador Paulo Monteiro | Dezesseis príncipes da África contam antigas histórias de seus antepassados. Eles acreditam que essas narrativas podem anunciar o futuro, pois segundo sua religião os fatos da vida tendem a repetir-se. Os pais e mães-de-santo do Brasil dividem com eles essa crença, mantendo viva a tradição do candomblé. |
| Contos africanos para crianças brasileiras | Rogério Andrade Barbosa Maurício Veneza | Pesquisas do autor sobre o universo da literatura tradicional do continente africano renderam esses dois contos de animais: a eterna luta entre o gato e o rato e o porquê de os jabutis terem os cascos rachados. Com eles, as crianças podem entender melhor nossa pluralidade e a diversidade cultural. |
| Bichos da África I e II, III e IV | Rogério Andrade Barbosa e ilustrações de Ciça Fittipaldi. | Contos de animais: Literatura folclórica ugandense |
| Contos africanos para contar e recontar. | Rogério Andrade Barbosa Ilustrações Graça Lima | Histórias para ler, contar, se divertir e conhecer um pouco dos costumes africanos onde os animais fazem parte do imaginário popular, e as fábulas e os contos são ouvidos pelas crianças em volta da fogueira enquanto o velho inventa sons para enriquecer as fantásticas narrativas. |
| Gosto de África | Joel Rufino dos Santos Ilustração Cláudia Scatamacchia | O autor recupera lendas, mitos e tradições da cultura negra e os transforma em sete histórias – “As Pérolas de Cadija”, “O Filho de Luísa”, “A Sagrada Família”, “O Leão de Mali”, “Bonsucesso dos Pretos”, “Bumba meu Boi” e “A Casa da Flor”. Contadas por quem sabe cativar o leitor, a narrativa flui com simplicidade, como se saísse da boca dos velhos contadores de história. |
| A Sementes que veio da África | Heloisa Pires Lima e Mario Lemos Ilustrações Véronique Tadjó | O livro de literatura parte de uma idéia muito original. Ele reúne três lendas sobre o baobá, advindas da Costa do Marfim, de Moçambique e da França. O baobá é uma árvore que pode viver até seis mil anos. |

O estudo sobre essas literaturas conduzem aos processos de memória (história) e identidade (cultura) implicando no fortalecimento da nacionalidade. Indica a resistência à imposição colonial, no sentido de um povo que mesmo tendo sido obrigados a esquecer, abandonar sua ancestralidade e valores, não o fizeram na prática: mantiveram vívidas suas esperanças e existências e, no momento certo, fizeram emergir sua identidade e raiz africana (Leite, 2003; Cezerilo, 2001).

Conforme Candido, “o estudo da função histórico-literária de uma obra só adquire pleno significado quando referido intimamente à sua estrutura, superando-se deste modo o hiato freqüentemente aberto entre a investigação histórica e as orientações estéticas”. (2000, p.172). Ao longo dos tempos, a Literatura e a História mantiveram relações estreitas, uma complementava ou ilustrava a outra. O autor afirma ainda que “a Literatura é um processo histórico, de natureza estética, que se define pela inter-relação das pessoas que a praticam, que criam certa mentalidade e estabelecem certa tradição.” (1995, p.8-9).

O silêncio comum em torno do racismo nos espaços escolares caracteriza a forma como este espaço reproduz a discriminação racial; entretanto, a luta anti-racista em suas diversas dimensões desenvolvidas pelo “Movimento Negro”, por pesquisadores e pesquisadoras negros (as), brancos (as) e docentes, têm contribuído para o rompimento com a produção do silêncio, instaurando novos padrões de lidar com as discriminações raciais. Como assegura Cavalheiro (1998, p.182), afirmando que: “[...] o silêncio que atravessa os conflitos étnicos na sociedade é o mesmo que sustenta o preconceito e a discriminação racial no interior da escola”.

É importante salientarmos que o desenvolvimento de interesses e hábitos permanentes de leitura é um processo constante e que aperfeiçoa-se sistematicamente na escola e continuando pela vida afora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A estrutura organizacional da escola não está sustentada apenas por um plano racional determinado pela burocracia. A escola é uma totalidade mais ampla, “compreendendo não apenas as relações ordenadas conscientemente, mas, ainda, todas as que derivam de sua existência enquanto grupo social”” (Candido, 1964, p. 107).

A pesquisa teve como objetivo principal analisar que uso os professores estão fazendo acerca da literatura africana e afro-brasileira para a construção da identidade dos estudantes negros da Rede Municipal de Ensino da cidade do Recife.

O trabalho com os textos literários exige do educador um olhar crítico que precisa capacitar-se e elaborar discussões críticas e mediar a narrativa de forma a promover vivências significativas de aprendizagem cooperativa com a humanização dos sujeitos. Atendendo ao processo de construção e de transformação social.

A reflexão sobre as obras literárias perpassa pelo espaço social em que o personagem negro está representado, em como são elaboradas as relações de poder entre os personagens brancos e negros, quais funções exercem, e se esses textos denunciam conflitos raciais ou são omissos em suas narrativas de total submissão social, são algumas das problemáticas apontadas no universo literário que participa do tema étnico-racial.

É através da literatura que podemos fazer levantamentos de problemáticas sociais, questões sobre o racismo e resgate cultural. Ao engajar o diálogo entre linguagem literária e mundo social, oportuniza-se a reflexão sobre diferentes realidades e a ideias de mobilidade social. O educador pode contribuir com este processo ao promover a visibilidade dos livros literários que apontem a temática negra e a diversidade cultural. Mas, o mundo literário, como fenômeno concreto, implica variabilidade de perspectivas, contextos e a aquisição de diferentes saberes e a partir do seu conteúdo social, ou seja, como a recepção projetada por sua leitura contribui para instrumentalizar discussões étnico-sociais. Desta forma é necessário que o educador para trabalhar as leituras literárias destinadas ao público infantil e juvenil com temas étnico-social, ou ainda, títulos que incluam a real participação de personagens negras, costumes afro-brasileiros e informações culturais, tenha subsídios teóricos e metodológicos para trabalhar as leituras literárias destinadas a esse público.

Os professores consideram que o uso da literatura contribui para melhorar a autoestima dos estudantes, acabar com o bullying, e ajuda a aceitar o ser como ele é.

Literatura que trata da História da África e africana é rica em atitudes benéficas a qualquer sociedade e exemplo bem evidente é o respeito dedicado aos mais velhos, que são reverenciados por deterem experiências e explicitarem em ocasiões oportunas e que normalmente utilizam livros das coleções enviadas pelo MEC.

Os professores afirmam ainda que a literatura infantil valoriza essa temática, com filmes e debates e que com o embasamento da lei esperasse minimizar o preconceito racial que perpetua durante séculos no nosso país. É preciso conhecer para valorizar a riqueza cultural e toda historicidade dos povos africanos que contribuiu para a construção da identidade afro descendente.

Os novos parâmetros exigem que o educador abandone a ingenuidade sobre os textos dos livros e seja o mediador que conduzirá as vozes, visões e espaço para estas leituras, de forma a analisar a forma de contribuição junto ao leitor, para um caminho que o conduza a se libertar do peso das situações opressoras. Através das histórias crianças e jovens criam seu próprio inventário moral, elaboram questões que os angustiam. Podemos reestruturar as ideias sobre as diferentes realidades sociais e entendê-las na contramão de um processo entendido como natural, mas como produto da história e de seus diferentes atores e interesses econômicos. As culturas de diferentes nações africanas fazem parte de nosso cotidiano, somos um país multicultural extrato do continente africano.

Moreira & Candau (2003) apontam que em muitas escolas as questões culturais são tratadas apenas em datas comemorativas. Os autores trabalhando as tensões e conflitos que ocorrem nas relações entre as várias culturas que permeiam a escola, observam que:

“Essa nova configuração das escolas se expressa em diferentes manifestações de mal-estar em tensões e conflitos denunciados tanto por educadores (as) como por estudantes. É o próprio horizonte utópico da escola que entra em questão: os desafios do mundo atual denunciam a fragilidade e as insuficiências dos ideais modernos e passam a exigir novas interrogações e buscas. A escola, nesse contexto, mas que transmissora da cultura, da “verdadeira cultura” passa a ser concebida como um espaço de cruzamento, conflitos e diálogo entre diferentes culturas” (Moreira & Candau, 2003, p. 160).

Segundo Cavalleiro (2001, p. 157), uma educação antirracista prevê necessariamente um cotidiano que respeite, não apenas em discurso, mas também em prática, as diferenças raciais. É indispensável para a sua realização a criação de condições que possibilitem a convivência positiva entre todos. Toda e qualquer

reclamação de ocorrência de discriminação e preconceito no espaço escolar deve servir de pretexto para reflexão e ação. As vítimas e os protagonistas dessas situações não são culpadas por tais acontecimentos, visto que são resultantes das relações em nossa sociedade. Uma educação pautada em práticas democráticas e não preconceituosas implica no respeito e reconhecimento do direito à diferença, também as raciais, no cotidiano escolar.

Vale ressaltar, que os educadores que se encontram no exercício de sua profissão sentem dificuldades perante certas situações de preconceito, isso se deve ao processo de assimilação de uma ideologia superior, imposta no âmbito escolar, já que quando educados, foram ensinados a perceber a vida do negro a partir da sua vinda ao Brasil para fomentar a economia de seus senhores mediante um trabalho duro e árduo.

Percebe-se que, diante de situações de preconceito, os educadores se deparam com um grande desafio que decorre da necessidade de se desfazer os equívocos que deturparam as culturas de origem africana nas áreas onde se desenvolveram relações de trabalho escravo. O desafio decorre, ainda, da urgência de se analisar os esquemas de violência que perpassam as relações entre os diferentes grupos da sociedade brasileira, de se estudar e de se vivenciar as culturas africanas e afro-descendentes como realidades dialéticas, dispostas no jogo social, permeadas por contradições e em constante processo de reinterpretação de si mesmas. Alguns professores desconhecem a lei, embora se tratando de uma lei que faz parte da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, outros conhecem mas, tem dificuldades para trabalhar pois afirmam precisarem de mais formação por parte da Secretaria de Educação e poucos conseguem trabalhos significativos e exitosos. É importante ressaltar que existe em sala de aula um cantinho de leitura, onde constam alguns livros de literatura africana e afro-brasileira entre outros, livros estes entregues pelo MEC e pela Secretaria de Educação da cidade do Recife, através do projeto Manuel Bandeira.

Temos muito que aprender e melhorar na construção de uma educação não-racista e excludente no caminho, porém existe a percepção do professor da importância do trabalho com o conteúdo da lei com o instrumento para a desconstrução do preconceito e afirmação da identidade negra.

Para efetivar a real aplicação da Lei n.º10.639/03 sugere-se que diretores, equipe pedagógica e professores aprofundem o conhecimento teórico e metodológico sobre o assunto e viabilizar condições para consolidação deste conhecimento, com a intenção de implantar na escola uma prática anti-racista. Propõe-se que uma prática que

repudie o racismo e qualquer forma de preconceito nas escolas, pode contribuir para melhorar o ensino aprendizagem e ajudar na manutenção dos alunos negros nas escolas, com voz e participação ativa neste processo: “Todas as escolas deveriam fazer os professores e os alunos participarem do currículo anti-racista que, de algum modo, está ligado a projetos da sociedade em geral. Esta abordagem redefine não somente a autoridade do professor e a responsabilidade dos alunos, mas situa a escola como uma força importante na luta por justiça social, econômica e cultural. Uma pedagogia de resistência pós-moderna e crítica pode desafiar as fronteiras opressivas do racismo, mas também aquelas barreiras que corroem e subvertem a construção de uma sociedade democrática” (Gilroux, 1999, p. 166).

Talvez seja possível afirmar que estamos imersos a uma cultura de discriminação, na qual a demarcação entre o “nós” e os “outros” é uma prática social permanente que se manifesta pelo não reconhecimento dos que consideramos não somente diferentes, mas, em muitos casos “inferiores” por diferentes características identitárias e comportamentos (Moreira & Candau, 2003, p. 163).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguilusa, J. E. (2014). *A rainha ginga*. Editora: Quetzal
- Alves, R. de S. (2007). *Ensino de história e cultura afro-brasileira e africana: da lei ao cotidiano escolar* (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, NESP-Bauru.
- Amâncio, I. M. C, Gomes, N. L, & Jorge, M. L. S. (2008). *Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica.
- André, M. E. D. A. (1995). *Etnografia da Prática Escolar*. Campinas: Papyrus.
- Appolinário, F. (2004). *Dicionário de metodologia científica. Um Guia para a Produção do Conhecimento Científico*. São Paulo: Atlas, SP.
- Ataide de Almeida, M. das G. A. (2002). *A Europa vista por brasileiros nos anos 30: a visão do paraíso. Estudos do Século XX*. Coimbra: Minerva.
- Baibich-Faria, T. M. (2006). Preconceito e anti-preconceito: lutando na escola. *Palestra realizada no 1º Fórum de Educação e Diversidade Étnico-Racial de Curitiba*. Curitiba.
- Barbosa, R. A. (1987a). Bichos da África I e II (Série Bichos da África “lendas e fábulas”, ilustração Fitipaldi, C.). São Paulo: Melhoramentos.
- Barbosa, R. A. (1987b). Bichos da África III e IV (Série Bichos da África “lendas e fábulas”, ilustração Fitipaldi, C.). São Paulo: Melhoramentos.
- Barbosa, R. A. (2001). *Histórias africanas para contar e recontar*. São Paulo: Editora do Brasil.
- Barbosa, R. A. (2004). *Contos Africanos para crianças brasileiras* (Ilustração Veneza, M.). São Paulo: Paulinas.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade* (trad. Medeiros, C. A.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Candido, A. (1965). *Literatura e sociedade*. São Paulo: Nacional.
- Cândido, A. A Literatura e a Formação do Homem. *Ciência e Cultura*. São Paulo v.24, n.9, 1972.
- Cardoso, M. A. (2002). *O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998* (Dissertação de Pós-Graduação). Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte: Mazza edições.
- Castells, M. (1999). 1942 - O poder da identidade. In *A era da informação: economia, sociedade e cultura* (v. 2, trad. Gerhardt, K. B.). São Paulo: Paz e Terra.
- Cavalleiro, E. S. (2000). *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto.

- Cavalleiro, E. S. (2001). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Editora Selo Negro.
- Cezerilo, L. A. S. (2008). *Obra Poética de José Craveirinha e Eduardo White. Utopia e Liberdade no Horizonte do Possível*. Maputo, MOÇ: Texto Editores.
- Chaves, J. A. X. (2010). *A Implementação da LEI 10639/03 na Educação: A Desconstrução do Preconceito e da Discriminação Contra a População Negra Brasileira* (Dissertação de Mestrado). Universidade Regionaldo Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (RS)
- Couto, M. (2014). *Contos do nascer da Terra / Mia Couto* — 1a ed. — São Paulo : Companhiadas Letras,
- Delors, J. (1999). Educação um tesouro a descobrir. *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO.
- Dubar, C. (2006). *A crise das identidades. A interpretação de uma mutação*. Porto: Edição Afrontamento.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Goergen, P. (2001). *Pós-modernidade, ética e educação*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Goffman, E. (2004) *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada* (4ª edição). Ed. Guanabara Koogan.
- Gomes, N. L. (2001). Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In Cavalleiro, E. (org.), *Racismo e anti-racismo – repensando nossa escola*. São Paulo: Summus.
- Gomes, N. L. (2005a). Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In Munanga, K. (org.) *Superando o racismo na escola* (pp. 143-154). Brasília: MEC/SECAD.
- Gomes, N. L. (2005b). Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In Brasil, *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei Federal nº 10.639/03* (pp. 39-62). Brasília: MEC.
- Gomes, N. L. (2006). *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global.
- Gomes, N. L. (2008). A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da lei 10.639/ 03. In Moreira, A. F, & Candau, V. M. (org.), *Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas*. RJ: Vozes.

- Gomes, N. L. (2010). *Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na Educação brasileira: desafios, políticas e práticas*. Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.
- Gonçalves, L. A. O., & Silva, P. B. G. (2001). *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos* (3ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Hall, S. (2003a). *A identidade cultural na pós-modernidade* (trad. Silva, T. T. da, & Louro, G. L., 8ª ed.). Rio de Janeiro: DP&A.
- Hall, S. (2003b). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG/ Brasília: UNESCO.
- Hall, S. (2012). *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais* (trad. Silva, T. T. da, 12ª Ed.). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Leite, A. M. (1998). *Oralidades & Escritas nas Literaturas Africanas*. Lisboa, POR: Edições Colibri.
- Loureiro, S. A. G. (2004). *Identidade étnica em re-construção. A ressignificação da identidade étnica de adolescentes negros em dinâmica de grupo, na perspectiva existencial humanista*. Belo Horizonte: Gráfica e ed. O Lutador.
- Lüdke, M., & André, M.E.D.A. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo. EPU.
- Machado, A. M. (1997). *Menina Bonita do laço de fita* (7ª ed.). São Paulo: Ática.
- Minayo, M. C. de S. (org.). (2009). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (28ª ed.). Rio de Janeiro: Vozes.
- Monteiro, R. M. (2006). Licenciaturas. In Brasil, Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais (p. 119-136). Brasília: SECAD.
- Moreira, A. F. B., & Candau, V. M, (2008). *Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas*. Petrópolis: Vozes.
- Morin, E., Ciurana, E. R, & Motta, R. D. (2003). *Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO.
- Munanga, K. (2003, 5 nov.). Uma Abordagem Conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Palestra proferida no 3º seminário Nacional Relações Raciais e Educação*. Penesb. RJ.
- Munanga, K. (org.) (2005). *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC/SECAD.
- Orlandi, E. P. (2009). *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.

- Paula, B. X. de, & Perón, C. M. R. (Org.) (2008). *Educação, história e cultura da África e Afro-brasileira* (pp. 12-25). Franca/SP: Ribeirão Gráfica e Editora/Uberlândia/MG: PROEX/UFU.
- Prandi, R. (2004). *OXUMARÊ, O Arco Íris* (7ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Prandi, R. (2005). *Os Príncipes do destino, histórias da mitologia afro-brasileira; Reginaldo Prandi* (2ª ed., Ilustrações Monteiro, P.). São Paulo: Cosac Naify.
- Richardson, R. J. (2007). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Rocha, L. C. P. (2006). *Políticas afirmativas e educação: a lei 10.639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil Contemporâneo* (Dissertação de Mestrado). Curitiba: UFPR.
- Rocha, L. C. P. (2007). Política educacional e a Lei 10.639/03. In Costa, H., & Silva, P-V. B. (Orgs.) *Notas de história e cultura afro-brasileira* (pp. 25-37). Pnta grossa /PR: Ed. UEPG/UFPR.
- Rocha, M. J., & Pantoja, S. (org.). (2004). *Rompendo silêncios: História da África nos Currículos da Educação Básica*. Brasília: DP Comunicações Ltda.
- Rosa, M. V. F. P. C., & Arnoldi, M. A. G. C. (2008). *Entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos e resultados* (1ª ed.). Belo Horizonte: Autentica.
- Santana, P. M. S. (2006). In Brasil. Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais* (pp. 27-50). Brasília: SECAD 2006.
- Santos, G. et al. (2007). *Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos*. Curitiba: Ibpx.
- Santos, J. R. (2005). As pérolas de Cadíja. In Rufino, J., *Gosto de África: histórias de lá e daqui* (4ª ed, pp. 3-7). São Paulo: Global.
- Sawaia, B. (2009). Introdução: Exclusão ou inclusão perversa. In Sawaia, B. (org). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (9ª ed.). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Silva, C. R. (2011). *Relatório de Ações de Extensão Universitária. Literaturas africanas e a licenciatura em pedagogia: oportunidades de intervenção na educação infantil e ensino fundamental (anos iniciais). A oficina pedagógica como espaço de formação* (Produção Técnica). Araraquara: Coordenação de Extensão Universitária do Centro Universitário de Araraquara.
- Silva, G. C. e. (2009). *O Uso de Literatura de Base Africana e Afrodescendente Junto a Crianças das Escolas Públicas de Fortaleza: construindo novos caminhos para repensar o ser negro* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Silva, I. B. (2009). *O racismo silencioso na escola pública*. Araraquara: Junqueira & Marin/UNIARA.

- Silva, N. J. (2012). *Relações Étnico-Raciais: um estudo sobre os impactos da lei nº 10.639/03 no cotidiano da escola* (Dissertação de Mestrado). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- Silva, P. B. G., & Barbosa, L. M. A. (orgs.). (1997). *O pensamento negro em educação no Brasil. Expressões do movimento negro*. São Carlos: Editora UFSCar.
- Souza, A. L. S., & Crosso, C. (2007). *Igualdade das relações étnico-raciais na escola: possibilidades e desafios para a implementação da Lei 10.639/03*. São Paulo: Petrópolis Ação Educativa e CEERT.
- Tedesco, J. C. (2005). Tendências Atuais das Reformas Educacionais. In Delores, J. (org.). *A educação para o século XXI: questões e perspectivas*. Porto Alegre: Artmed.
- Teodoro, A. (2003). *Globalização e educação: políticas educacionais e novos modos de governação*. São Paulo: Cortez.
- Valente, A. L. (2005). *Ação afirmativa, Relações raciais e educação básica*. Universidade de Brasília, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária.
- Vieira, C. B. V. (2010). *A questão racial e a cultura afro-brasileira. Um estudo acerca dos livros didáticos*. Departamento de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.
- Wieviorka, M. (2007). *O Racismo, uma introdução*. São Paulo: Perspectiva.

LEGISLAÇÃO

- Brasil. (1998). Ministério Da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF.
- Brasil. (1988). *Constituição Federal de 1988*. Disponível em www.planalto.gov.br
- Brasil. (2003). Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História cultura afro-brasileira”, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.639.htm>
- Brasil. (2004). Parecer nº CNE/CP 003/2004, aprovado em 10 de março de 2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Edição federal, Brasília.
- Brasil. (2005^a). Diretrizes Curriculares Nacionais, para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação, Brasília.
- Brasil. (2005b). Ministério da Educação. Educação anti-racista : caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Coleção Educação para todos).
- Brasil. (2006). Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD.
- Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional. (2007). Combate ao Racismo Institucional. Brasília.
- Recife. (2012). Secretaria de Educação, Esporte e Lazer. Política de Ensino da Rede Municipal do Recife: Subsídios para Atualização da Organização Curricular. / Élia de Fátima Lopes Maçaira (Org.), Katia Marcelina de Souza (Org.), Marcia Maria Del Guerra (Org.). – Recife: Secretaria de Educação, Esporte e Lazer.

WEBGRAFIA

- Durban (s.d.). *Declaração e programa de ação – adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*. www.inesc.org.br/biblioteca/legislação/declarção_DURBAN.PDF
- Gomes, N. L. (s.d.). *Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos e/ou resignificação cultural?* Disponível em <http://www.anped.org.br/25/nilmalinogomes t21.rtf>
- Inocência, N. O. (s.d.) “*Ações Afirmativas: um olhar do movimento negro*”. Disponível em www.unb.br
- Leite, A. M. (2008, jan). *Literatura Moçambicana: Herança e reformulação*. *Revista Eletrônica de Literaturas de Língua Portuguesa (Sarará)*, v.1(1) Disponível em http://www.revistasarara.com/int_pente_finoTexto02.html

ANEXOS

ANEXO I. LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003

Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro- Brasileira", e dá outras providências.

OPRESIDENTEDAREPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Atos do Poder Legislativo

(DOU nº 8, 10/1/2002, Seção 1, p. 1)

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004.

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no art. 9º, § 2º, alínea "c", da Lei nº 9.131, publicada em 25 de novembro de 1995, e com fundamentação no Parecer CP/CNE 3/2004, de 10 de março de 2004, homologado pelo Ministro da Educação em 19 de maio de 2004, e que a este se integra, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e actividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CP/CNE 3/2004.

§ 2º O cumprimento das referidas Diretrizes Curriculares, por parte das instituições de ensino, será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática.

§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

§ 2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas.

§ 3º Caberá aos conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios desenvolver as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas por esta Resolução, dentro do regime de colaboração e da autonomia de entes federativos e seus respectivos sistemas.

Art. 3º A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CP/CNE 3/2004.

§ 1º Os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras incentivarão e criarão condições materiais e financeiras, assim como proverão as escolas, professores e alunos, de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários para a educação tratada no *caput* deste artigo.

§ 2º As coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares.

§ 3º O ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, nos termos da Lei 10.639/2003, refere-se, em especial, aos componentes curriculares de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.

§ 4º Os sistemas de ensino incentivarão pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros, ao lado de pesquisas de mesma natureza junto aos povos indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira.

Art. 4º Os sistemas e os estabelecimentos de ensino poderão estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos e projetos de ensino.

Art. 5º Os sistemas de ensino tomarão providências no sentido de garantir o direito de alunos afrodescendentes de freqüentarem estabelecimentos de ensino de qualidade, que contenham instalações e equipamentos sólidos e atualizados, em cursos ministrados por professores competentes no domínio de conteúdos de ensino e comprometidos com a educação de negros e não negros, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação.

Art. 6º Os órgãos colegiados dos estabelecimentos de ensino, em suas finalidades, responsabilidades e tarefas, incluirão o exame e encaminhamento de solução para situações de discriminação, buscando-se criar situações educativas para o reconhecimento, valorização e respeito da diversidade.

Parágrafo único. Os casos que caracterizem racismo serão tratados como crimes imprescritíveis e inafiançáveis, conforme prevê o Art. 5º, XLII da Constituição Federal de 1988.

Art. 7º Os sistemas de ensino orientarão e supervisionarão a elaboração e edição de livros e outros materiais didáticos, em atendimento ao disposto no Parecer CP/CNE 3/2004.

Art. 8º Os sistemas de ensino promoverão ampla divulgação do Parecer CP/CNE 3/2004 e dessa Resolução, em atividades periódicas, com a participação das redes das escolas públicas e privadas, de exposição, avaliação e divulgação dos êxitos e dificuldades do ensino e aprendizagens de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da Educação das Relações Étnico-Raciais.

§ 1º Os resultados obtidos com as atividades mencionadas no *caput* deste artigo serão comunicados de forma detalhada ao Ministério da Educação, à Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, ao Conselho Nacional de Educação e aos respectivos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, para que encaminhem providências, que forem requeridas.(*).

Art. 9º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ROBERTO CLÁUDIO FROTA BEZERRA
(DOU Nº 118, 22/6/2004, SEÇÃO 1, P. 11)

APÊNDICES

APÊNDICE I. GUIÃO DE ENTREVISTA

Mestrado em Ciências da Educação

Professora: Tânia Alves de Lima

E-mail: talteacher@bol.com.br



GUIÃO DE ENTREVISTA

Prezado Professor:

Esta entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado que tem por objetivo analisar que uso os professores estão fazendo acerca da literatura africana e afro-brasileira para a construção da identidade dos estudantes negros da Rede Municipal de Ensino da cidade do Recife. Não há respostas corretas ou incorretas, no entanto, faz-se necessária franqueza absoluta nas respostas para que possamos obter resultados significativos. Os dados serão mantidos em sigilo e somente utilizados nesta pesquisa.

Agradeço desde já sua atenção e participação.

Q1. Identificação do Entrevistado:

- Idade:
- Gênero:
- Identificação quanto a cor (raça):
- Tempo de formação:
- Tempo de função:

Q2. Conhecimento acerca da lei 10.639;

- O que você entende sobre a lei 10.639?

Q3. Contribuição da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos estudantes e o uso da Lei 10.639.

- Como a lei contribui no uso da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos alunos.

Q4. Observação do estudante no momento da aplicabilidade da Lei.

- O que você observa no estudante quando trabalha a Lei 10.639 em sala de aula?
- Quais os instrumentos utilizados por você para a aplicabilidade da Lei em sala?

Q5. Avaliação da Aprendizagem da lei 10.639

- Quais os seus objetivos com a aprendizagem e aplicabilidade da lei?

Q6. Relação com a Sociedade

- Qual a sua visão em relação ao vínculo da aplicabilidade da lei com a sociedade, no sentido de inclusão e exclusão?

APÊNDICE II. RESPOSTAS DA ENTREVISTA: PROFESSORA A01

Professor A01



Q1. Identificação do Entrevistado:

- Idade: 46
- Gênero: Feminino
- Identificação quanto a cor: Parda
- Tempo de formação: 22 anos
- Tempo de função: 21 anos

Q2. Conhecimento acerca da lei 10.639;

- O que você entende sobre a lei 10.639?

R- O que eu conheço sobre a lei 10.639, é que obriga as escolas públicas e particulares incluírem a História e a Cultura afro brasileira ao currículo. Entendo que devemos parar de nos obrigarmos a ensinar, "pincelar", mostrar a África, como algo perjurativo ou seja vítimando a cultura africana

Q3. Contribuição da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos estudantes e o uso da Lei 10.639.

- Como a lei contribui no uso da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos alunos.

R- A Literatura que trata da História e africana é rica em atitudes benéficas a qualquer sociedade e exemplo bem evidente é o respeito dedicado aos mais velhos, que são reverenciados por deterem experiências e explicitarem em ocasiões oportunas.

Normalmente utilizo livros das coleções enviadas pelo MEC.

Q4. . Observação do estudante no momento da aplicabilidade da Lei.

- O que você observa no estudante quando trabalha a Lei 10.639 em sala de aula?
- Quais os instrumentos utilizados por você para a aplicabilidade da Lei em sala?

R- Como trabalho com alunos de uma faixa etária menor (cinco, seis, sete anos) não observo essa construção de identidade. Como já expliquei não observei nenhuma mudança relevante a aplicabilidade da referida Lei, eles são muito pequenos.

Q5. Avaliação da Aprendizagem da lei 10.639

- Quais os seus objetivos com a aprendizagem e aplicabilidade da lei?

R- O trabalho em sala não é algo específico e a literatura é uma estratégia deleite e não há cobranças. Em consequência não há uma avaliação. Como objetivo ao trabalho, da valorização que contribui até hoje, da história e cultura afro brasileira é feita de uma forma lúdica na qual descobrimos, brincadeiras, expressões, culinária e atitudes introduzida no nosso cotidiano.

Q6. Relação com a Sociedade

- Qual a sua visão em relação ao vínculo da aplicabilidade da lei com a sociedade, no sentido de inclusão e exclusão?

R- Quanto a relação com a sociedade noto que ainda existe uma certa restrição em admitir as raízes africanas no biótipo e na espiritualidade sugerida. Que ainda existe um certo desprestígio ao sincretismo afro descendente, no uso do cabelo crespo e infelizmente a limitação intelectual está acoplado ao tom da pele e é algo incutido pela primeira sociedade, ou seja a família.

APÊNDICE III. RESPOSTAS DA ENTREVISTA: PROFESSORA A02



Professora A02

Q1. Identificação do Entrevistado:

- Idade: 35
- Gênero: Feminino
- Identificação quanto a cor: Negra
- Tempo de formação: 10 anos
- Tempo de função: 12 anos

Q2. Conhecimento acerca da lei 10.639;

O que você entende sobre a lei 10.639?

R- Que devemos trabalhar e reconhecer a cultura africana e afro brasileira.

Q3. Contribuição da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos estudantes e o uso da Lei 10.639.

- Como a lei contribui no uso da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos alunos.

R- Literatura, rodas de conversas, vídeos.

Q4. . Observação do estudante no momento da aplicabilidade da Lei.

- O que você observa no estudante quando trabalha a Lei 10.639 em sala de aula?
- Quais os instrumentos utilizados por você para a aplicabilidade da Lei em sala?

R- Geralmente identificação e interesse.

Q5. Avaliação da Aprendizagem da lei 10.639

- Quais os seus objetivos com a aprendizagem e aplicabilidade da lei?

R- Reconhecer a importância deste conteúdo e desenvolver a autoestima dos educandos.

Q6. Q6. Relação com a Sociedade

- Qual a sua visão em relação ao vínculo da aplicabilidade da lei com a sociedade, no sentido de inclusão e exclusão?

R- A Lei vai contribuir com a inclusão e conscientização da cultura africana e afro brasileira nas relações sociais (redes sócias, sala de aula e na família).

APÊNDICE IV. RESPOSTAS DA ENTREVISTA: PROFESSORA A03



Professora A03

Q1. Identificação do Entrevistado:

- Idade: 42
- Gênero: Feminino
- Identificação quanto a cor: Parda
- Tempo de formação: 20 anos
- Tempo de função: 20 anos

Q2. Conhecimento acerca da lei 10.639;

- O que você entende sobre a lei 10.639?

R- A implementação dessa lei possibilita o ensino da cultura e da história das civilizações africanas no currículo da educação básica.

Q3. Contribuição da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos estudantes e o uso da Lei 10.639.

- Como a lei contribui no uso da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos alunos.

R- Literatura infantil que valorize essa temática, filmes, debates. Com o embasamento da lei esperamos minimizar o preconceito racial que perpetua durante séculos no nosso país. É preciso conhecer para valorizar a riqueza cultural e toda historicidade dos povos africanos que contribuiu para a construção da identidade afro descendente.

Q4. . Observação do estudante no momento da aplicabilidade da Lei.

- O que você observa no estudante quando trabalha a Lei 10.639 em sala de aula?
- Quais os instrumentos utilizados por você para a aplicabilidade da Lei em sala?

R- Aos poucos vão entendendo a importância e passam a refletir sobre.

Q5. Avaliação da Aprendizagem da lei 10.639

- Quais os seus objetivos com a aprendizagem e aplicabilidade da lei?

R- Não utilizamos ainda avaliação. Valorizar a história de outras culturas. Reconhecer a importância do povo africano para a construção da nossa cultura. Identificar atitudes do cotidiano que se configuram em uma discriminação. Conhecer o antepassado da história até os dias atuais. Conhecer os traços culturais africanos presentes na nossa cultura.

Q6. Q6. Relação com a Sociedade

- Qual a sua visão em relação ao vínculo da aplicabilidade da lei com a sociedade, no sentido de inclusão e exclusão?

R- Na minha opinião em algumas ocasiões a lei induz a uma exclusão. Discordo das cotas. Não é a etnia que potencializa ou não o conhecimento de um indivíduo.

APÊNDICE V. RESPOSTAS DA ENTREVISTA: PROFESSORA A04

Professora A04



Q1. Identificação do Entrevistado:

- Idade: 47
- Gênero: Feminino
- Identificação quanto a cor: Parda
- Tempo de formação: 29 anos
- Tempo de função: 29 anos

Q2. Conhecimento acerca da lei 10.639;

- O que você entende sobre a lei 10.639?

R- Trata-se de uma lei que reestabelece as diretrizes das bases da educação nacional, sancionada no ano de 2003. Com ela torna-se obrigatório a construção do conhecimento sobre a história e a cultura afro-brasileira. Ou seja, o estudo sobre a história da África e dos africanos, principalmente sobre a contínua luta pela resistência da cultura negra brasileira, considerando a formação desses indivíduos em sociedade e também a importância da contribuição desses povos na formação da história do Brasil. Esse conteúdo estará presente no currículo escolar, especialmente nas áreas de Educação Artística, Literatura e História. No calendário escolar deverá estar presente o dia 20 de novembro como “dia nacional da consciência negra”. Em suma, uma lei que assegura, ao menos em tese, um processo de inclusão extremamente necessário, sem o qual nos tornaríamos, definitivamente, passivos a comportamentos preconceituosos e discriminatórios.

Q3. Contribuição da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos estudantes e o uso da Lei 10.639.

- Como a lei contribui no uso da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos alunos.

R- Trabalho com crianças do 1º ao 5º ano e acredito que nessa fase do desenvolvimento, o aprendizado se faz presente e eficaz quando podem visualizar e relacionar à sua realidade.

Acredito que o uso de livros, contos que abordem, a temática e/ou tenham autores negros trazem a representatividade, porém, observo que vídeos e trabalhos artísticos, como peças, trazem resultados tanto no empenho acadêmico, quanto no comportamento social.

Q4. . Observação do estudante no momento da aplicabilidade da Lei.

- O que você observa no estudante quando trabalha a Lei 10.639 em sala de aula?
- Quais os instrumentos utilizados por você para a aplicabilidade da Lei em sala?

R- Geralmente ficam reflexivos, no entanto, dependendo da forma(meio) utilizado para aplicar, o comportamento muda e inicia-se um processo ainda maior em sala de aula, que é o de aceitação, reconhecimento, inclusão e valor.

Q5. Avaliação da Aprendizagem da lei 10.639

- Quais os seus objetivos com a aprendizagem e aplicabilidade da lei?

R- Torna-los seres cultos e livres de preconceitos culturais e principalmente raciais, uma vez que, nesse caso, o cultural está diretamente ligado ao racial.

Q6. Q6. Relação com a Sociedade

- Qual a sua visão em relação ao vínculo da aplicabilidade da lei com a sociedade, no sentido de inclusão e exclusão?

R- Empoderar crianças negras, em especial, não é um trabalho fácil. Visto que, em sua maioria, convivem com uma realidade desestimulante e com o desrespeito em seu ciclo social. Com essa lei, o processo de exclusão será combatido, trazendo com sig o sentimento de pertencimento, que nem mesmo atitudes racistas afetará fortemente essas crianças e jovens, por ter conhecimento sobre suas raízes e o quão valiosos são.

APÊNDICE VI. RESPOSTAS DA ENTREVISTA: PROFESSORA A05



Professora A05

Q1. Identificação do Entrevistado:

- Idade: 39
- Gênero: Feminino
- Identificação quanto a cor: Branca
- Tempo de formação: 14 anos
- Tempo de função: 5 anos

Q2. Conhecimento acerca da lei 10.639;

- O que você entende sobre a lei 10.639?

R- Acerca da lei 10.639, estou ciente de que trata-se da obrigatoriedade do ensino – história e cultura afro-brasileira, em estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.

Contribui para a formação do aluno, onde ele torna-se consciente de suas história e de seu povo.

Q3. Contribuição da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos estudantes e o uso da Lei 10.639.

- Como a lei contribui no uso da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos alunos.

R- Os instrumentos utilizados são, explanação sobre o assunto, vídeos, notícias sobre o tema, projetos, etc. .

Q4. . Observação do estudante no momento da aplicabilidade da Lei.

- O que você observa no estudante quando trabalha a Lei 10.639 em sala de aula?
- Quais os instrumentos utilizados por você para a aplicabilidade da Lei em sala?

R- O estudante tem dificuldade de aceitar a cor de sua pele.

Q5. Avaliação da Aprendizagem da lei 10.639

- Quais os seus objetivos com a aprendizagem e aplicabilidade da lei?

R- O estudo do tema é importante para que a criança se orgulhe de suas origens e respeite as diferenças.

Q6. Q6. Relação com a Sociedade

- Qual a sua visão em relação ao vínculo da aplicabilidade da lei com a sociedade, no sentido de inclusão e exclusão?

R- A lei ainda não é amplamente divulgada e a maioria das instituições de ensino abordam o tema de maneira altamente superficial.

APÊNDICE VII. RESPOSTAS DA ENTREVISTA: PROFESSORA A06



Professora A06

Q1. Identificação do Entrevistado:

- Idade: 49
- Gênero: Feminino
- Identificação quanto a cor: Branca
- Tempo de formação: 26 anos
- Tempo de função: 26 anos

Q2. Conhecimento acerca da lei 10.639;

- O que você entende sobre a lei 10.639?

R- Não a domino, mas ainda o farei. Que é um instrumento a mais para contribuir para o respeito e conhecimento do direito do outro.

Q3. Contribuição da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos estudantes e o uso da Lei 10.639.

- Como a lei contribui no uso da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos alunos.

R- Livros, vídeos, pesquisas e livros didáticos. Só acho, que deveria haver palestras constantes nas escolas.

Q4. . Observação do estudante no momento da aplicabilidade da Lei.

- O que você observa no estudante quando trabalha a Lei 10.639 em sala de aula?
- Quais os instrumentos utilizados por você para a aplicabilidade da Lei em sala?

R- Reagem normalmente. Eles ficam interessados e curiosos diante da vasta opção de conhecimento nela inserida.

Q5. Avaliação da Aprendizagem da lei 10.639

- Quais os seus objetivos com a aprendizagem e aplicabilidade da lei?

R- A avaliação é contínua. Possibilitar aos mesmos o conhecimento e reconhecimento do respeito pela identidade do ser humano na essência de que somos iguais e devemos respeitar o outro sempre.

Q6. Q6. Relação com a Sociedade

- Qual a sua visão em relação ao vínculo da aplicabilidade da lei com a sociedade, no sentido de inclusão e exclusão?

R-Toda a lei está inserida na verdadeira etnia brasileira e não pode ser desassociada da mesma. Que todo conhecimento enriquece o ser humano, quando o torna protagonista e lhe dá o direito da vivência sadia, através do respeito ao outro.

APÊNDICE VIII. RESPOSTAS DA ENTREVISTA: PROFESSORA A07



Professora A07

Q1. Identificação do Entrevistado:

- Idade: 42
- Gênero: Feminino
- Identificação quanto a cor: No registro é branca, mas sou parda
- Tempo de formação: 13 anos
- Tempo de função: 16 anos

Q2. Conhecimento acerca da lei 10.639;

- O que você entende sobre a lei 10.639?

R- É a implantação da história e cultura afro- brasileira no currículo escolar.

Q3. Contribuição da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos estudantes e o uso da Lei 10.639.

- Como a lei contribui no uso da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos alunos.

R- Formação da identidade e elevação da autoestima das crianças. Músicas, leituras de livros com a temática e vídeos.

Q4. . Observação do estudante no momento da aplicabilidade da Lei.

- O que você observa no estudante quando trabalha a Lei 10.639 em sala de aula?
- Quais os instrumentos utilizados por você para a aplicabilidade da Lei em sala?

R- Natural. O mais difícil é a religiosidade.

Q5. Avaliação da Aprendizagem da lei 10.639

- Quais os seus objetivos com a aprendizagem e aplicabilidade da lei?

R- Autoafirmação, a importância de conhecer sua história. Compreensão de sua história e elevação da autoestima.

Q6. Q6. Relação com a Sociedade

- Qual a sua visão em relação ao vínculo da aplicabilidade da lei com a sociedade, no sentido de inclusão e exclusão?

R- Se auto afirmar como ser histórico é fundamental na inclusão no mundo.

APÊNDICE IX. RESPOSTAS DA ENTREVISTA: PROFESSORA B01



Professora B01

Q1. Identificação do Entrevistado:

- Idade: 38 anos
- Gênero: Feminino
- Identificação quanto a cor: Parda
- Tempo de formação: 13 anos
- Tempo de função: 20 anos

Q2. Conhecimento acerca da lei 10.639;

- O que você entende sobre a lei 10.639?

R- Lei que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira na educação, tanto privada como pública. Que devemos ensinar, repassar aos nossos alunos a importância e contribuição da cultura negra em nossa sociedade.

Q3. Contribuição da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos estudantes e o uso da Lei 10.639.

- Como a lei contribui no uso da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos alunos.

R- Roda de leitura, debates, dramatização, aula extra classe.

Q4. . Observação do estudante no momento da aplicabilidade da Lei.

- O que você observa no estudante quando trabalha a Lei 10.639 em sala de aula?
- Quais os instrumentos utilizados por você para a aplicabilidade da Lei em sala?

R- Surpresos. A maioria não tem conhecimento a cerca da lei, desconhecem.

Q5. Avaliação da Aprendizagem da lei 10.639

- Quais os seus objetivos com a aprendizagem e aplicabilidade da lei?

R- Até o momento não realizei. Que os alunos tenham consciência dos seus direitos.

Q6. Q6. Relação com a Sociedade

- Qual a sua visão em relação ao vínculo da aplicabilidade da lei com a sociedade, no sentido de inclusão e exclusão?

R-Infelizmente essa lei não é amplamente divulgada e nem vivenciada nas escolas e sociedade. Em pleno século XXI o preconceito e exclusão com a cultura africana e negros ainda é gritante.

APÊNDICE X. RESPOSTAS DA ENTREVISTA: PROFESSORA B02

Professora B02



Q1. Identificação do Entrevistado:

- Idade: 46
- Gênero: Feminino
- Identificação quanto a cor: Parda
- Tempo de formação: 27 anos
- Tempo de função: 27 anos

Q2. Conhecimento acerca da lei 10.639;

- O que você entende sobre a lei 10.639?

R- Um pouco! Que trata da implementação no currículo da rede de ensino de todo o país.

Q3. Contribuição da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos estudantes e o uso da Lei 10.639.

- Como a lei contribui no uso da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos alunos.

R- Melhorar a autoestima, acabar com o bullying, aceitar o ser como ele é. Textos, leitura de imagem, músicas, livros de literatura.

Q4. . Observação do estudante no momento da aplicabilidade da Lei.

- O que você observa no estudante quando trabalha a Lei 10.639 em sala de aula?
- Quais os instrumentos utilizados por você para a aplicabilidade da Lei em sala?

R- Aceitam normalmente e dão opinião. Eles interagem sempre comentando algo. Eles confundem a questão religiosa e acham que afro é da macumba.

Q5. Avaliação da Aprendizagem da lei 10.639

- Quais os seus objetivos com a aprendizagem e aplicabilidade da lei?

R- Trabalhar a cultura afro de forma natural como outra disciplina do currículo. Contribuir para a aceitação do ser e sua identidade.

Q6. Q6. Relação com a Sociedade

- Qual a sua visão em relação ao vínculo da aplicabilidade da lei com a sociedade, no sentido de inclusão e exclusão?

R-Todo ser é digno de ser aceito no meio social, independente de cor, raça, religião... Portanto se sentir incluso sem se auto excluir já é um grande ganho para a sociedade. Muitas vezes é perceptível que algumas crianças se excluem e não se aceitam do jeito que são. Neste caso, o papel do professor é fundamental para que certos TABUS sejam corrigidos ou quebrados, principalmente nas dependências das unidades educacionais. Tenho certeza que a implementação desta lei e um trabalho diversificado só contribuirão para a formação do cidadão brasileiro!

APÊNDICE XI. RESPOSTAS DA ENTREVISTA: PROFESSORA B03



Professora B03

Q1. Identificação do Entrevistado:

- Idade: 53 anos
- Gênero: Feminino
- Identificação quanto a cor: Parda
- Tempo de formação: 25 anos
- Tempo de função: 25 anos

Q2. Conhecimento acerca da lei 10.639;

- O que você entende sobre a lei 10.639?

R- Pouco/ regular. Identidade/ empoderamento/ liberdade / autonomia.

Q3. Contribuição da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos estudantes e o uso da Lei 10.639.

- Como a lei contribui no uso da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos alunos.

R- Literatura/ DVD/ documentos/ lei. Leitura / historias ilustradas/músicas

Q4. . Observação do estudante no momento da aplicabilidade da Lei.

- O que você observa no estudante quando trabalha a Lei 10.639 em sala de aula?
- Quais os instrumentos utilizados por você para a aplicabilidade da Lei em sala?

R- Participativos. Poucos reflexivos. Baixa auto estima de sua identidade afro.

Q5. Avaliação da Aprendizagem da lei 10.639

- Quais os seus objetivos com a aprendizagem e aplicabilidade da lei?

R- Importante. Auto humanização/ direitos e deveres a cumprir.

Q6. Q6. Relação com a Sociedade

- Qual a sua visão em relação ao vínculo da aplicabilidade da lei com a sociedade, no sentido de inclusão e exclusão?

R- Viver minha identidade. Visão separatista. Ainda é preciso parar de potencializar as duas correntes “negros” e “brancos”

APÊNDICE XII. RESPOSTAS DA ENTREVISTA: PROFESSORA B04



Professora B04

Q1. Identificação do Entrevistado:

- Idade: 32
- Gênero: Feminino
- Identificação quanto a cor: Parda
- Tempo de formação: 10 anos
- Tempo de função: 14 anos

Q2. Conhecimento acerca da lei 10.639;

- O que você entende sobre a lei 10.639?

R- Ainda pouco, mas venho buscando maiores informações.

Q3. Contribuição da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos estudantes e o uso da Lei 10.639.

- Como a lei contribui no uso da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos alunos.

R- Livros, filmes, contação de história, gravuras e desenhos.

Q4. . Observação do estudante no momento da aplicabilidade da Lei.

- O que você observa no estudante quando trabalha a Lei 10.639 em sala de aula?
- Quais os instrumentos utilizados por você para a aplicabilidade da Lei em sala?

R- O auto reconhecimento em alguns momentos.

Q5. Avaliação da Aprendizagem da lei 10.639

- Quais os seus objetivos com a aprendizagem e aplicabilidade da lei?

R- Acho que de favorecera questão de reconhecimento das raízes culturais em sociedade e o resgate da prática das mesmas.

Q6. Q6. Relação com a Sociedade

- Qual a sua visão em relação ao vínculo da aplicabilidade da lei com a sociedade, no sentido de inclusão e exclusão?

R- É um ponto positivo, visto que ainda falta muito para ela se tornar totalmente aplicada. Mas não há evolução sem passos pequenos desde que sejam constantes e que terminem em um ideal.

APÊNDICE XIII. RESPOSTAS DA ENTREVISTA: PROFESSORA B05



Professora B05

Q1. Identificação do Entrevistado:

- Idade: 47 anos
- Gênero: Feminino
- Identificação quanto a cor: Parda
- Tempo de formação: 30 anos
- Tempo de função: 30 anos

Q2. Conhecimento acerca da lei 10.639;

- O que você entende sobre a lei 10.639?

R- É uma lei que torna obrigatório o ensino da história e da cultura Afro brasileira em todas as escolas públicas e privadas.

Q3. Contribuição da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos estudantes e o uso da Lei 10.639.

- Como a lei contribui no uso da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos alunos.

R- Vídeos, leitura de paradidáticos, pesquisas, roda de conversa.

Q4. . Observação do estudante no momento da aplicabilidade da Lei.

- O que você observa no estudante quando trabalha a Lei 10.639 em sala de aula?
- Quais os instrumentos utilizados por você para a aplicabilidade da Lei em sala?

R- As crianças ficam mais seguras e começam a aceitar melhor a sua cor.

Q5. Avaliação da Aprendizagem da lei 10.639

- Quais os seus objetivos com a aprendizagem e aplicabilidade da lei?

R- O maior objetivo é a valorização da cultura africana e também acabar com o preconceito e a não aceitação de si mesmo por ter vergonha da sua cor.

Q6. Q6. Relação com a Sociedade

- Qual a sua visão em relação ao vínculo da aplicabilidade da lei com a sociedade, no sentido de inclusão e exclusão?

R- Acredito que a partir do momento que os estudantes aprendem e conhecem melhor a cultura afrodescendente, contribuirão para acabar com o preconceito e desta forma serão multiplicadores, contribuindo para a inclusão.

APÊNDICE XIV. RESPOSTAS DA ENTREVISTA: PROFESSORA B06



Professora B06

Q1. Identificação do Entrevistado:

- Idade: 40
- Gênero: Feminino
- Identificação quanto a cor: Negra
- Tempo de formação: 10 anos
- Tempo de função: 15 anos

Q2. Conhecimento acerca da lei 10.639;

- O que você entende sobre a lei 10.639?

R- É uma lei referente a cultura afro-brasileira e africana.

Q3. Contribuição da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos estudantes e o uso da Lei 10.639.

- Como a lei contribui no uso da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos alunos.

R- Vídeos, debates, cartazes.

Q4. . Observação do estudante no momento da aplicabilidade da Lei.

- O que você observa no estudante quando trabalha a Lei 10.639 em sala de aula?
- Quais os instrumentos utilizados por você para a aplicabilidade da Lei em sala?

R- Percebo interesse e atenção em entender a cultura afro-brasileira e africana.

Q5. Avaliação da Aprendizagem da lei 10.639

- Quais os seus objetivos com a aprendizagem e aplicabilidade da lei?

R- Tornar cidadãos conscientes e críticos sobre sua história.

Q6. Q6. Relação com a Sociedade

- Qual a sua visão em relação ao vínculo da aplicabilidade da lei com a sociedade, no sentido de inclusão e exclusão?

R- Ainda existe muito preconceito, mas aos poucos está acontecendo a inclusão dessa lei na sociedade.

APÊNDICE XV. RESPOSTAS DA ENTREVISTA: PROFESSORA B07



Professora B07

Q1. Identificação do Entrevistado:

- Idade: 42
- Gênero: Feminino
- Identificação quanto a cor: Branca
- Tempo de formação: 20 anos
- Tempo de função: 20 anos

Q2. Conhecimento acerca da lei 10.639;

- O que você entende sobre a lei 10.639?

R- Que ela fala sobre o ensino da história e cultura afro e brasileiro da cultura negra na formação da sociedade brasileira.

Q3. Contribuição da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos estudantes e o uso da Lei 10.639.

- Como a lei contribui no uso da literatura africana e afro-brasileira na construção da identidade dos alunos.

R- Pesquisas e textos.

Q4. . Observação do estudante no momento da aplicabilidade da Lei.

- O que você observa no estudante quando trabalha a Lei 10.639 em sala de aula?
- Quais os instrumentos utilizados por você para a aplicabilidade da Lei em sala?

R- O aluno aceita e pergunta como outro assunto qualquer.

Q5. Avaliação da Aprendizagem da lei 10.639

- Quais os seus objetivos com a aprendizagem e aplicabilidade da lei?

R- Que os mesmos valorizem a cultura afro como qualquer outra cultura, valorizando principalmente o respeito com o outro.

Q6. Q6. Relação com a Sociedade

- Qual a sua visão em relação ao vínculo da aplicabilidade da lei com a sociedade, no sentido de inclusão e exclusão?

R- Que essa lei foi criada para levar para as salas de aula, propondo novas diretrizes em saber como trabalhar o contexto estudado.